



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa tarde. Passamos ao prego.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo o desarquivamento de diversas proposições, conforme requerimentos encaminhados pelas Sras. Vereadoras e pelos Srs. Vereadores, tabela a qual também está sendo entregue, através dos aplicativos de mensagens, aos vereadores, vereadoras e suas assessorias.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação no evento CongregaRH, na Pontifícia Universidade Católica - Porto Alegre - RS, no dia 17 de setembro de 2025. (Processo SEI nº 215.00190/2025-89.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Com 14 vereadores presentes, há quórum.

Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial.

Solicito a abertura do painel para ingresso na Ordem do Dia. Solicito que os vereadores deem a presença para ingresso na Ordem do dia. (Pausa.)

Pergunto se algum vereador não conseguiu dar a presença. Conseguiu, vereador? Vereador Robaina está presente. Não está dando no painel ali, por gentileza, Ver. Robaina está presente. Mais algum vereador que eu estou



vendo aqui não conseguiu dar a sua presença? A Ver.^a Atena está ali, mas não está dando presença; Ver.^a Atena, a senhora está presente? Vereadora Grazi, vocês estão presentes, não conseguiram dar presença. Quem sabe, as vereadoras saem do plenário porque eu não posso vê-las. A Ver.^a Atena está presente? Está presente a Ver.^a Atena. Vereadora Grazi Oliveira, a senhora está presente? É bom sair aí. Vereador Marcelo Bernardi está presente. Mais algum vereador não conseguiu dar a sua presença? Temos que trabalhar, senhores. (Pausa.) Vereador Tiago Albrecht, presente; Ver. Carlo presente; Ver. Gilson Padeiro, Ver.^a Mariana Lescano. Com 18 vereadores presentes, vamos trabalhar.

(14h27min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Senhores, vou colocar o requerimento aqui, tendo em vista que saiu na folha da Ordem do Dia, de forma deslocada, um veto, nº 28, um Veto Parcial que deveria ser o nº 01.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 070/23, com Veto Parcial. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Ver. Cecchim, questão de ordem?

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, só para anunciar, junto com o nosso colega Ver. Fleck, a presença do deputado Gerson Burmann, que está nos visitando.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Seja bem-vindo, deputado Burmann. Vereadora Grazi, está presente agora? A Ver.^a Grazi Oliveira está presente. Então passemos ao nº 28 da folha da Ordem do Dia [PLL nº 070/23, com Veto Parcial].



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLL nº 070/23, com Veto Parcial.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLL nº 070/23, com Veto Parcial. Algum vereador deseja discutir? (Pausa.) Não tendo ninguém, a discussão está encerrada. Em votação. (Pausa.) Algum vereador deseja encaminhar a votação? (Pausa.) A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação da matéria – vereadora, eu vou marcar aqui para a senhora, porque nós estamos sem o painel, são cinco minutos.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde às pessoas que nos acompanham hoje aqui, presencialmente; às pessoas que estão em casa, acompanhando pela TVCâmara. Nós tivemos um importante projeto de lei apresentado pela Ver.^a Karen Santos, que traz uma das medidas mais importantes que nós tivemos nos últimos tempos no Município de Porto Alegre, que é uma medida imediata a mulheres que sofrem com violência e necessitam de um lugar, de um espaço seguro para ficar. Nós sabemos das dificuldades que temos nos nossos abrigos; nós sabemos das necessidades que as mulheres têm para retomarem as suas vidas após viverem um ciclo de violência contínuo; nós sabemos da dificuldade que é acessar o mercado de trabalho; nós sabemos todas as mazelas que atravessam as vidas das mulheres que são vítimas de violência. O veto do prefeito Melo, literalmente, retira a estrutura da proposta do projeto, que é, de fato, poder dar segurança às mulheres que precisam de um aluguel social para que possam se reerguer, para que possam recomeçar após um ciclo de violência. Lembro que a Ver.^a Vera Armando foi uma das responsáveis por apresentar uma das emendas, emendas que nós estamos tendo que debater aqui se vetamos ou se derrubamos o veto ou não do nosso prefeito. Gente, é simples a nossa reflexão: nós aprovamos de forma unânime esse projeto aqui na Casa; todos os vereadores têm consciência e ciência que a situação da violência contra as



mulheres está tão precária que esse projeto, com certeza, vai dar outra cara para a política pública de Porto Alegre. O que nós queremos é que o projeto permaneça na íntegra, que a gente não derrube, que a gente não mantenha os vetos do prefeito e que a gente possa garantir que as mulheres que sofrem, as vítimas de violência tenham o direito garantido de poder ter uma forma e um meio de poder recomeçar as suas vidas. Então, eu peço gentilmente a todos os vereadores, em nome da bancada do PSOL, que a gente derrube o veto do prefeito Melo. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Grazi. Mais algum vereador deseja encaminhar? (Pausa.)

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 070/23 com Veto Parcial, como autora.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, colegas vereadores, colegas vereadoras, principalmente, dizer que a construção desse projeto de lei que cria o auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência foi uma resposta política elaborada principalmente pelas mulheres vereadoras desse Parlamento, ao entender que é uma responsabilidade nossa sermos protagonistas, termos iniciativa ao combate à violência de gênero, que é uma característica da atual situação política. A onda de feminicídios que denunciemos de Norte a Sul nesse País e que é uma realidade da cidade de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. O prefeito Melo veta dois pontos centrais do nosso projeto, que trata do valor de R\$ 1.500,00 do auxílio aluguel, um valor que reflete a realidade da cidade. Quem mora em Porto Alegre sabe que o preço do aluguel, razoavelmente, é esse. Menino Deus, Cidade Baixa, Centro Histórico, a importância da gente refletir dentro desse debate o preço do aluguel da cidade, que inclusive teve um aumento de três vezes desde o advento da enchente de 2024. É caro morar em Porto Alegre. E também o prefeito Melo veta um outro eixo estrutural do projeto que é a possibilidade dele ser disponibilizado por um ano, podendo ser revisto por mais um ano, de acordo com a análise das



equipes técnicas de assistência social e de psicólogos do Município. Ou seja, o projeto é fundamentado na análise de mercado em relação aos aluguéis da nossa cidade. É inadmissível que o projeto venha a ser regulamentado por decreto e o auxílio disponibilizado seja os R\$ 500 aos moldes como é oferecido para as pessoas em situação de rua, que só te permite fazer alocação em imóveis do tipo Pousada Garoa, que inclusive colocou em risco, veio a levar ao assassinato - que inclusive foi motivo de CPI desta Câmara de Vendedores - de 11 pessoas. Quinhentos reais que é aquilo que é de praxe o município destinar para benefício de moradia, não vai permitir com que as mulheres rompam o ciclo de violência, não vai permitir que as mulheres rompam esse ciclo junto com seus filhos, que é uma discussão também que fundamentou esse projeto, nem todas as casas de acolhimento permitem o acolhimento das mulheres junto com todos os seus filhos, então descaracteriza a estrutura central do projeto, que é a questão do valor e a questão da permanência do benefício. A gente fez essa construção em conjunto com a Ver.^a Cláudia Araújo, uma emenda importantíssima da Ver.^a Vera Armando, e eu faço a convocação dos vereadores porque a gente votou esse projeto por unanimidade nessa Casa, por unanimidade, foi uma votação histórica, uma resposta do Município, uma resposta objetiva do Município, porque recentemente lançou um boletim, falando aquilo que a gente já sabe, que os dados são alarmantes, que a rede não existe e que a gente precisa de política pública. Foi histórico aquilo que a gente conseguiu construir aqui, de dar o mínimo, o razoável, de R\$ 1.500 de auxílio a essas mulheres para que elas consigam reorganizar a sua vida. É inadmissível que um governo, majoritariamente liderado por homens, siga definindo os rumos das políticas públicas para as mulheres que têm a ver diretamente com a intervenção em relação às nossas vidas. É inadmissível que o prefeito Melo, junto com o seu secretário de Desenvolvimento Humano, não tenha ainda estabelecido um parâmetro razoável de negociação que pudesse ser feito para a implementação desse projeto de lei que agora já foi aprovado por unanimidade. Então eu faço um apelo aos colegas vereadores que levem em consideração a magnitude



dessa política, que levem em consideração a realidade dos aluguéis da cidade e que a gente não siga nesse Parlamento fazendo lei para inglês ver. Para dizer que tem lei, mas na prática objetiva ela não se realiza porque não há orçamento. Nunca vai ter orçamento para a vida das mulheres nesse município, se a gente não fizer essa disputa política na LDO, na LOA e em projetos como esse.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Karen Santos. Mais algum vereador deseja encaminhar a matéria? Ver.^a Juliana de Souza encaminha pelo PT.

Ver. Giovani Culau e Coletivo está presente; Ver. Pedro Ruas está presente. Mais algum vereador não conseguiu dar sua presença? (Pausa.)

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 070/23, com Veto Parcial. Cinco minutos com a senhora.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas, boa tarde, Presidente, quero, mais uma vez, saudar a iniciativa da Ver.^a Karen Santos e falar da importância desse projeto de lei no contexto de epidemia de feminicídios que o nosso Estado vive, e a nossa cidade não é diferente. Nós tivemos uma votação aqui muito bem construída deste projeto. Aprovamos esta e outras iniciativas, Ver.^a Grazi, nossa procuradora da mulher, que se referem à vida das mulheres a partir de uma construção política que reconhece que a agenda de defesa do nosso direito à vida não é uma agenda negociável. E eu quero dizer que recebi, Presidente, com muita preocupação, o veto do prefeito, porque nós, nesta Casa, acumulamos que essa é uma política fundamental e estratégica para romper os ciclos de violência que têm levado as nossas mulheres à morte. E eu sei que tu, Presidente, tem uma atuação também nesse sentido, e quero pedir a sensibilidade aqui dos nossos colegas para que a gente rejeite o veto, porque Porto Alegre não precisa de política de faz de conta que defende a vida das mulheres. Porto Alegre precisa de políticas públicas de verdade, que garantam, Ver.^a Karen, o direito à vida das mulheres,



a autonomia financeira para romper os ciclos de violência. Nós estamos hoje diante de cenários onde mulheres convivem com seus agressores, porque não tem como sair de casa. Por isso, quando falamos de auxílio aluguel, nós estamos falando da possibilidade de um sopro de vida para aquelas que estão sendo violentadas e não tem no Estado um garantidor da sua segurança e da sua proteção. Porto Alegre pode dar um sinal de que aqui, na capital do Rio Grande do Sul, nós levamos a sério o direito à vida de todas as mulheres, e esta Casa tem grande responsabilidade, neste momento, ao rejeitar o veto do prefeito que retira o valor e que retira o tempo mínimo para garantir que as mulheres possam ter direito ao auxílio aluguel, a gente assegurar que, de fato, nós estaremos fazendo a diferença para a vida de todas as mulheres que hoje estão em situação de violência. Então, peço essa sensibilidade, eu não tenho dúvidas de que este tema, Presidente, não é um tema que deve nos dividir, pelo contrário, este é um tema que deve nos movimentar em unidade, em único som, pela vida de todas as mulheres, pelo fim dos ciclos de violência. Vamos rejeitar esse veto, defender o projeto na integralidade, como foi discutido e aprovado nesta Casa. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana de Souza. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 070/23, com Veto Parcial.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu gostaria de dizer que eu fiz parte desse projeto na construção, junto com a Ver.^a Vera Armando. Nós tivemos reunião com a Ver.^a Karen, e eu já tinha informado para a Ver.^a Karen que ia vir o veto do Executivo, porque não se tem o impacto financeiro. A Ver.^a Karen fez essa solicitação há dois ou três anos, não veio esse impacto, e nós nos comprometemos que a gente consiga fazer o encaminhamento para a solicitação desse impacto financeiro. Essa lei vai ser regulamentada por decreto e, depois, nós vamos colocar em execução de acordo com os nossos



orçamentos, mas a gente entende, sim, a importância e a necessidade de cuidado e valorização das nossas mulheres. Então só para deixar claro.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia.

Questão de ordem?

Vereadora Karen Santos (PSOL): Um registro também, eu estou há mais de três anos esperando o estudo de impacto financeiro do Município. A construção que a gente fez em torno dessa iniciativa parlamentar foi uma construção muito difícil. Eu acho um desrespeito em relação ao método de intervir do Executivo na autonomia que a Câmara Municipal tem que ter em relação ao mérito do projeto, que é um projeto que já deveria inclusive estar sendo regulamentado pela necessidade e pela urgência que a pauta nos demanda.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereadora. Ver.^a Cláudia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Não é com relação ao mérito. A gente está dizendo que o mérito, ele é válido. A gente precisa, sim, é a questão orçamentária.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Ver. Pedro, o senhor não pode encaminhar, tá? Porque já foi encaminhado pelo PSOL. A não sei que o senhor encaminhe pela oposição. É questão de ordem? Pois não, Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Questão de Ordem): Obrigado, Presidente. Só para registrar que a autora do projeto, a Ver.^a Karen Santos, é contra a votação no dia de hoje. Foi derrotada no requerimento. Mas a vontade dela, do nosso ponto de vista, deveria ser respeitada. Falo como líder do PSOL. Hoje este projeto, este veto não trancaria a pauta, trancaria só na segunda-feira.



Portanto, fica aqui o registro do nosso protesto e o pedido de que, independentemente do resultado, a Comissão de Justiça examine esse tema. Nós temos que ter uma posição, na Casa, definitiva sobre esse assunto. Muito obrigado. É uma questão de ordem.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Pedro. Ok, questão de ordem, sim. Só para informar, o senhor não estava aqui ainda, eu fiz o requerimento para que nós pudéssemos ingressar imediatamente no veto, para ser votado, e foi aprovado pelo pleno da Casa, por isso nós estamos fazendo na tarde de hoje. Infelizmente, o pessoal não estava aí para...

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Agradeço a sua informação. Igual, peço que a CCJ tenha uma posição sobre o tema, porque é importante.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Fica registrado, Ver. Pedro Ruas.

Vereadora Karen Santos (PSOL): (Início da fala sem som no microfone.) Só uma questão de ordem...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente.

Vereadora Karen Santos (PSOL): ...para deixar nítido, uma vereadora mulher fez uma questão de ordem para que a gente vetasse um projeto com antecedência na pauta, que ia interferir diretamente na vida das mulheres. Uma vereadora-Presidenta que está assumindo esta Casa pela luta das mulheres.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, vereadora, a senhora, só um momentinho, a senhora me respeite, é presidente. Não, é presidente. Se a senhora quer ser ouvida, a senhora me respeite primeiro. A senhora me chame direto primeiro como é que eu sou chamada.



Vereadora Karen Santos (PSOL): Solicitou para que a gente votasse o veto do auxílio às mulheres vítimas de violência no dia de hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim, fui eu. Fui eu.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Foi uma solicitação da Presidenta Nádia. Obrigada.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente. A senhora me respeita se a senhora quer ser respeitada, viu, vereadora. A senhora está muito mal educada, o respeito é mão de duas vias. A senhora entendeu? E a próxima vez a senhora não terá a Ordem do Dia, se a senhora não me chamar como eu quero ser chamada. Só para a senhora entender.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Ver. Erick Dênil está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 070/23, com Veto Parcial.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa tarde a todos, quero aqui registrar o nosso posicionamento contrário ao veto do prefeito, e acho que os vereadores da base que compõem o governo deveriam também levar em consideração que esse projeto de lei foi votado por unanimidade. Todo mundo aqui votou favorável ao projeto. O Novo, o PL, o MDB, toda a base do governo votou favorável. E eu gostaria de entender melhor essa mudança de posicionamento imediata porque o prefeito vetou. Eu acho que é o caso de a própria base do governo ficar indignada, porque foi unânime. Ou seja, o prefeito não respeita o Legislativo, que na sua maioria absoluta todos votaram favorável ao projeto. Eu acho que isso causa um constrangimento aos próprios vereadores que



compõem a base do governo Melo. Também acho que ao mesmo tempo que isso aconteceu, deveria ter uma reunião posterior, chamando a autora do projeto para discutir, chamando as mulheres aqui da Câmara, que são mulheres vereadoras, para discutir, mas quero dizer também que, por vezes, a gente confunde muito o debate aqui. Eu, outra vez, em outro momento, escutei o Ver. Tiago falando, por exemplo, que em alguns momentos somente quem é da causa pode defender a causa, ou seja, os negros tem que falar pelos negros, as mulheres pelas mulheres, ou seja, cada um na sua caixinha – eu discordo. Eu acho que é um projeto que trata sobre a importância de ter políticas públicas na cidade de Porto Alegre para as mulheres, e me surpreende o fato de ser vetado esse projeto. E acho que é um argumento falacioso, porque trata de valores, vício de origem, mas, no fundo, é uma desvalorização do prefeito, da sua base aliada, com políticas públicas para mulheres. E aí, gente, é muito fácil vir aqui dar discurso, falar que está indignado com o feminicídio, falar que está indignado contra a violência doméstica, porque eu vejo direto aqui esses discursos, principalmente da base do governo, mas a oposição, pelo menos, é coerente. E agora, no momento de um veto dessa magnitude, eu não vejo a mesma indignação da base do governo, ou seja, é incoerência em cima de incoerência. Ao mesmo tempo, não tem política pública para as mulheres, a saúde mental em Porto Alegre está sendo atacada com o fechamento de dois espaços, que é o postão da Vila Cruzeiro e o postão da Vila IAPI, e a base do governo não se posiciona e acha normal o prefeito não levar em consideração o seu voto aqui dentro. Eu acho que deveriam valorizar melhor as suas bancadas, os seus mandatos e encarar o prefeito de frente com esse assunto sério, que é a proteção das mulheres. A gente sabe o quanto são vulneráveis as mulheres em Porto Alegre, o quanto estão vulneráveis as mulheres em todo o Estado, inclusive a nossa deputada estadual conseguiu fazer uma mobilização popular em todo o Estado e trazer de volta a Secretaria da Mulher, que tinha sido extinta pelo governo, e a gente precisa ter mais maturidade para encarar assuntos sérios como esse. Por isso, a bancada do PCdoB, junto com o meu colega, Ver. Giovani Culau, a gente



repudia essa atitude do veto parcial do prefeito, que trava um projeto maravilhoso, magnífico e fundamental da nossa colega da oposição, Ver.^a Karen Santos. Então a gente sabe o quanto que é leviano esses argumentos de vício de origem, quando se trata de projetos que beneficiam a classe trabalhadora. Então a gente precisa denunciar esse veto parcial, e acho, principalmente, que a gente precisa se posicionar... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...contra essa Prefeitura que não quer escutar a opinião do Legislativo. Se foi unânime e se tem um posicionamento do Legislativo, no mínimo o prefeito deve nos escutar e entender os nossos argumentos para depois vetar. Ah, mas cabe ao prefeito vetar ou não? É verdade, mas ele não é o prefeito do diálogo? Então ele tem que chamar todo mundo para conversar e explicar as razões e os motivos pelos quais ele vetou esse projeto. Por isso, todo o nosso apoio ao projeto da Ver.^a Karen Santos, todo o nosso apoio às mulheres que sofrem com a violência doméstica, todo o nosso apoio ao aluguel para as mulheres vítimas de violência. E a gente não quer mais transmitir informações aqui para o povo de Porto Alegre de que o prefeito vetou o auxílio ao aluguel das mulheres vítimas de violência doméstica. Por isso, o nosso repúdio a esse veto parcial do prefeito Sebastião Melo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Erick.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 070/23, com Veto Parcial, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão. Primeiro eu quero parabenizar a Ver.^a Karen Santos, que fez essa proposição importante, construiu aqui no plenário os votos suficientes para aprovar a defesa da vida das mulheres, que deveria ser uma defesa incondicional de todos os políticos e políticas, mas não é o que a gente vê.

Hoje a Câmara tem, Ver.^a Karen, o direito e o dever de derrubar o veto do prefeito Melo. Eu acredito que não foi o prefeito Melo que decidiu isso sozinho, foi mal orientado, está mal assessorado. Até quero indicar ao prefeito Melo que



ele imediatamente demita quem deu essa indicação de veto para ele, que ele exonere o CC, exonere o cargo de confiança que orientou isso, porque não conhece as estatísticas de Porto Alegre, desconhece a vida das mulheres que sofrem violência doméstica, desconhece a angústia de quem é oprimida dentro do seu próprio lar, desconhece a vida real da trabalhadora da periferia, desconhece que Porto Alegre tem uma maioria de mulheres e infelizmente uma sociedade ainda machista. Então eu quero crer que não foi o prefeito que orientou esse voto. Eu conheço o Ver. Cecchim, que é um líder abnegado, uma pessoa que conhece as lutas da cidade, com certeza o Ver. Cecchim vai orientar aqui a base do governo a corrigir esse erro. Eu queria fazer essa solicitação. Não é possível aceitar que não se tenha um mínimo de R\$ 1.500,00 de auxílio para as mulheres que sofrem violência doméstica! Porque este Parlamento votou o aumento do salário do prefeito de R\$ 22.000,00 para R\$ 35.000,00. Um Parlamento que vota o aumento do salário do prefeito de R\$ 21.000,00 para R\$ 35.000,00 não pode negar, Ver.^a Karen, R\$ 1.500,00 a uma mulher violentada. Não pode, é imoral, é incapaz de olhar a dor do outro. Quer dizer, é um Parlamento então que tem dois pesos e duas medidas: para as pessoas vulneráveis, nega-se a estrutura do Estado; para os políticos, benefícios, vantagens, bons salários. E aí eu ainda faço uma reflexão. Pode ser que o prefeito até saiba o que fez, assinou sabendo, mas se ele assinou sabendo e se a bancada dele do governo hoje mantiver o veto do prefeito será a maior vergonha da história da capital. Quando a gente tem a oportunidade de fazer um gesto de auxiliar com apenas R\$ 1.500,00 as mulheres que sofrem violência doméstica, a Câmara vai negar. Mas a Câmara não negou milhões e milhões de reais às empresas de comunicação, à propaganda do governo, foram mais de R\$ 30 milhões no ano passado; a Câmara não negou mais de R\$ 150 milhões só para as empresas de ônibus. Quer dizer, para as empresas de ônibus, meia dúzia de CNPJs tem R\$ 150 milhões; para a mulher que precisa se libertar... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...de um canalha, de um bandido que está dentro da sua casa lhe violentando, aí o Estado não pode auxiliar durante um ano com R\$ 1.500,00



para ela pagar um aluguel e sair fora, se libertar, reconstruir sua vida junto com seus filhos. Eu quero dizer aqui, Ver.^a Karen, que é indignante saber que as mulheres lutam, lutam, e aí a sociedade política fica em silêncio, calada. E quero lembrar que ontem o Congresso fez a maior vergonha da história: aprovaram a PEC da Blindagem. Aí eles se organizam, a classe política, para os políticos não serem fiscalizados, não sofrerem com transparência, para a polícia não os prender. Eu não faço parte dessa classe política, eu quero dinheiro para os mais vulneráveis, é isso que nós vamos lutar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.

Pergunto se mais alguém deseja encaminhar a matéria. Está encerrado o encaminhamento. O diretor legislativo dará orientação de voto, por gentileza, aqui aos senhores vereadores.

Cumprimento também, que está presente aqui no nosso plenário, o André Coronel, secretário de governo, seja bem-vindo, e o major Gelson, secretário adjunto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na apreciação do veto, vota-se novamente a parte vetada. “Sim” aprova a parte vetada e rejeita o veto; “não” rejeita a parte vetada e mantém o veto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Solicito a abertura do painel para colher as votações dos senhores vereadores, reiterando que “não” mantém o veto; “sim” derruba o veto. (Pausa.)

Senhoras e senhores, estamos em votação. Vai cair o quórum. Pergunto se algum vereador não conseguiu votar ou trocar o seu voto. Ver. Gilson, vota como? Ver. Marcelo, como vota?

(Manifestações no plenário.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu não vou ouvi-la enquanto a senhora me chamar de presidenta. A senhora não entendeu ainda que eu sou presidente? Ver. Marcelo, vota como? Vota “não”.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu sempre faço isso, senhores, não são vocês que vão me dizer como é que eu vou fazer a votação. Termina o um minuto e trinta, eu pergunto para os vereadores... Não, a senhora espera que eu estou em votação. Mais algum vereador deseja votar ou trocar o seu voto? Ver. Fleck, vota “não”.

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, Ver. Marcelo, vota como? “Abstenção”, Ver. Marcelo. Mais algum? Ver. Giovane Byl vota “abstenção”. Ok, todos votaram? Está encerrada a votação.

(Após apuração nominal) **REJEITADO** o projeto por 14 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**. Mantido o Veto Parcial.

E eu quero informar para os senhores vereadores que, em todas as votações, termina o um minuto e trinta...

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): E quando termina o um minuto e trinta...

(Manifestações no plenário.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A senhora não me chame de mentirosa, vereadora. A senhora, então, comprove que eu estou mentindo. Depois de um minuto e trinta...

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu não vou bater boca com quem não quer...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Natasha Ferreira.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não vou bater boca com quem não está... Um minuto e trinta, depois sempre eu pergunto se todos os vereadores votaram ou desejam trocar seus votos. E assim vai continuar acontecendo.

Passamos ao nº 01 da folha.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Discussão geral e votação. Projeto de Lei do Legislativo nº 346/24, de autoria da Ver.^a Biga Pereira... Tem a ver?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pois não, vereador.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 346/24 por duas sessões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ah, sim, ok. Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.



Deseja nominal, a Ver.^a Mariana Lescano, por gentileza, a abertura do painel para a votação do requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, para que seja adiado por duas sessões. (Pausa.) [Verificação de votação]. Pergunto se algum vereador não votou, ou deseja trocar o seu voto. (Pausa.) Ver.^a Natasha Ferreira vota “sim”. Viu, vereadora, eu estou perguntando, como em todas as vezes eu faço, ok, vereadora? Mais algum vereador? A senhora respeite. Ver. Pedro Ruas vota “sim”. Mais algum vereador não votou, deseja votar ou trocar o seu voto? Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. Está adiado por duas sessões o projeto nº 01 [PLL nº 346/24], solicitado pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo.

Questão de ordem, Ver. Tiago Albrecht?

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Questão de ordem, Presidente. Apenas para mostrar que verdade não demora a aparecer. Em menos de dez minutos depois de a senhora ter sido chamada de mentirosa, a senhora abriu a consulta, e quem lhe chamou de mentirosa dispôs de um tempo após o um minuto e meio regimental. Parabéns, Comandante Nádia, minha Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago. Ver.^a Cláudia Araújo, questão de ordem?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, gostaria de fazer dois requerimentos. Um para colocar o nº 04 (PLE nº 030/25) e o nº 10 (PLE nº 042/25), que são os dois do DMAE – da contratação dos temporários e do Refis –, que a gente pretende começar... Não? (Pausa.) São os do DMAE. Quais são os do DMAE? (Pausa.)

Bom, primeiro vou pedir o PLE nº 039/25, no qual que foi pedido o 81 [art. 81], e como nós não tivemos reunião de líderes hoje, eu gostaria de priorizar para que ele fosse votado na semana que vem – este é um requerimento, enquanto a gente localiza.



SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): PLE nº 039/25?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): PLE nº 039/25, de controle interno, de criação de cargos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Esse é para incluir na priorização da semana que vem? Pode colocar em votação, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação, prestem atenção... Calma, nem falei o que é ainda, são dois requerimentos. A senhora já sabe qual é que a senhora vai votar? Ela pediu duas coisas, vereadora; ela pediu duas coisas, a senhora não sabe o que eu vou colocar. A senhora aguarde, a senhora está muito nervosa hoje, calma.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Não é hoje.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Coloco em votação, primeiro, o requerimento, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que solicita a inclusão do PLE nº 039/25 na priorização de votação da sessão de segunda-feira, que é um projeto de lei que não está na Ordem do Dia hoje, para que possa ingressar na Ordem do Dia de segunda-feira, sendo o primeiro da listagem. A senhora quer nominal? (Pausa.) Para este requerimento, a Ver.^a Natasha solicita votação nominal. Solicito a abertura do painel. (Pausa.) Pergunto se algum vereador não conseguiu votar ou deseja trocar o seu voto? Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**, está aprovado o primeiro requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo.



Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, que requer a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 030/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo que requer a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do PLE nº 030/025, passar à discussão e votação do PLE nº 042/25. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Ver. Aldacir Oliboni.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Nobre Presidente, solicito que o PLL nº 153/44, que é um projeto da minha autoria, que tem emenda do Ver. Medina e tem uma emenda da Tanise e do Cecchim, e o governo não colocou óbice – tem parecer de todas as comissões – por isso, gostaria que colocassem em votação, não há necessidade de encaminhamento, se assim quiserem, para poder votar o projeto de lei, obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigado, vereador. Em votação o requerimento, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando alteração da ordem de priorização de votação, para que o nº 11 da ordem de priorização [PLL nº 153/24] seja a terceira matéria a ser apreciada, tão logo terminem os dois do Executivo. O projeto, de sua autoria, fala sobre o transtorno do espectro autista, o TEA. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos ao nº 04 da folha, por gentileza, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLL nº 030/25.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLL nº 030/25.

(Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Pergunto se algum vereador não conseguiu votar ou deseja trocar seu voto. Ver. Marcelo Bernardi, vota “sim”. Mais algum vereador não conseguiu votar ou deseja trocar seu voto? Ver.^a Natasha, vota “sim”. Mais algum vereador? Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Eu gostaria de alertar aqui e solicitar aos colegas da oposição. Sabidamente era um projeto aqui que poderia ter sido aprovado de forma simbólica, e, quem solicitou votação nominal, foi o Ver. Jonas Reis, do PT, líder da oposição; solicita votação nominal e não vota. E não vota. Ele foi contrário, então, porque aqui se abster... Ele estava em plenário, não votar, é uma manifestação dele, que ele é contrário, então, a esse projeto, é isso?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Ramiro. Passamos ao nº 10 da folha, conforme requerimento da Ver.^a Cláudia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLE nº 042/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLE nº 042/25. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Algum vereador deseja encaminhar essa matéria? Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.
Passamos ao nº 11 da folha.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLL nº 153/24.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLL nº 153/24. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Algum vereador deseja encaminhar? (Pausa.) Não há quem queira encaminhar. Está encerrado o encaminhamento. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 153/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 153/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.** Em votação o PLL nº 153/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Oliboni.
Passamos ao nº 02 da folha da Ordem do Dia [PLCL nº 040/24].

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLCL nº 040/24.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em discussão o PLCL nº 040/24. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Comandante Nádía, senhoras e senhores vereadores, assistência, pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara, subo a esta tribuna para marcar uma posição nacional do Partido Novo, e é nesse intuito, Ver. José Freitas, que eu subo à tribuna, porque o Partido Novo é contra a interferência estatal na iniciativa privada. Nós temos um País que muito interfere com tributos, com taxas, com legislações, muitas vezes, absurdas e impossíveis de serem realizadas. Eu entendo o mérito e a iniciativa, o espírito da lei do nosso colega Zé Freitas, que quer trazer mais segurança para os bichinhos, para os *pets*. Volta e meia a gente acaba vendo casos, é verdade que a minoria, em que acabam acontecendo maus tratos, mas obrigar a instalação de equipamento que monitora os locais e banhos e tudo mais, eu acredito que é um pouco demais. Usar situações



pontuais para eventualmente criar uma lei que vá trazer ainda mais custo para os *petshops*, eu tenho as minhas dúvidas. Eu gostaria, aliás, de convidar o Ver. José Freitas, que o senhor pudesse vir aqui então explicar por que a sua emenda suprime a obrigatoriedade de realização de área que possibilite visão total. Então, me parece que a emenda vai para um lado, o projeto ia para outro, e eu acho que quando um vereador fica um pouco titubeante, pode ser que mais vereadores, José Freitas, possam estar na dúvida, seja por uma questão formal, seja como eu e o Partido Novo, por uma questão principiológica da não interferência estatal na iniciativa privada, ou a mínima interferência estatal na iniciativa privada. Eu vejo aqui que a emenda que o senhor traz visa suavizar o projeto, obrigando apenas a filmar e armazenar os serviços por até 30 dias, mas o resto do projeto ainda parece ter um caráter mais de intervenção. Então eu subi aqui, não foi nem no encaminhamento, Ver. Jonas Reis, líder da oposição, foi na discussão, para iniciar esse debate e para oportunizar, ainda no âmbito da discussão, que o proponente possa vir aqui explicar, e como diz a célebre frase: “não podemos medir um projeto pela sua intenção, mas pelo seu resultado prático”. E me parece que impor ainda mais custos, acho que isso aqui pode sim ser uma campanha, pode sim ser um incentivo a que os *pet shops* e as veterinárias disponibilizem esse tipo de conteúdo. Mas me parece que é um peso e pode acabar até mesmo inviabilizando os *pet shops*, talvez até nas periferias da nossa capital, às vezes um pequeno comércio, às vezes uma pequena loja de *pet shop*. José Freitas, tenha certeza que é respeitosa minha vinda aqui, é para debate, é para que possamos entender melhor e saber qual a vossa intenção, qual o vosso resultado prático almejado. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Tiago Albrecht.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLCL nº 040/24.



VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Meu amigo, Ver. José Freitas, eu entendo a bondade no projeto, inclusive já acompanhei o senhor e alguns outros também, mas infelizmente esse projeto pode ser utilizado a exemplo que nós observamos há pouco tempo, para aquelas empresas que foram injustamente fiscalizadas como um fator de perseguição política, e vou explicar porquê. Eu era vereador em Viamão, eu tinha um colega chamado Evandro - ele era um vereador de oposição ao governo -, e um dia ele tinha colocado um projeto para obrigar que os menus dos restaurantes de Viamão tivessem uma leitura em braile, porque como nós poderíamos ser contra os cegos poderem ler para poder se alimentar, é óbvio que ninguém poderia ser contra isso. Eu votei contra por entender a questão do custo que isso talvez não se justificasse porque qualquer dono de restaurante atenderia bem qualquer pessoa que fosse, se fosse uma pessoa com deficiência visual não seria diferente. Mas todos votaram a favor, exceto eu. Daí passou um tempo, o vereador Evandro Rodrigues deixou de ser base do governo, virou oposição e começou a ser perseguido pela prefeitura, mais ou menos o que acontece em algumas cidades, felizmente não acontece aqui na cidade, mas é algo comum e, naquela ocasião, Viamão, imagina, coronelismo, acabou de acontecer de o prefeito começar a tentar minar o vereador no seu bairro – assim como temos aqui em maior escala, os vereadores tem a sua territorialidade –, aí começaram a tentar punir as pessoas para tentar prejudicar o vereador, e especificamente chegaram em um restaurante que era muito ligado a esse vereador, alguma pessoa que tinha amizade de longa data. Daí foram lá fazer uma devasta na fiscalização para punir esse vereador, tentaram, tentaram, tentaram achar alguma coisa para dizer que o restaurante não estava certo, e estava tudo certo, até que lembraram do menu em Braile, e falaram: “Cadê o teu menu em Braile?” E multaram o estabelecimento por uma coisa que talvez, na vida do restaurante, não tenha tido um dia de necessidade. Daí o dono do restaurante pergunta: “Ah, mas por que você está fazendo isso?” “Não sei, pergunta lá para o teu vereador, porque ele mandou eu vir fiscalizar aqui”.



Então essa é a lógica por trás do que eu quero dizer aqui hoje, talvez a lei que o senhor esteja propondo tenha uma boa intenção, assim como era o menu em Braille lá em Viamão, e, talvez, ao longo de toda a sua vida, essa legislação não vai gerar nenhuma punição a qualquer estabelecimento aqui na cidade, mas, leis bem intencionadas, quando não tem um sentido prático, embora bem intencionadas, podem ser utilizadas para perseguição contra pessoas, como aconteceu no município de Viamão contra o vereador Evandro. Eu sei da sua intenção, eu sei que o senhor tem um bom coração, mas temos que pensar em todos os desdobramentos possíveis no estabelecimento de uma lei, e um desses desdobramentos pode ser de, em algum momento, alguma fiscalização abusiva, utilizar essa regra, que embora pareça boa, para prejudicar os empreendedores.

Então, por entender que a maior parte dos estabelecimentos hoje já está adaptada a um determinado fluxo de serviço, que se for se adaptar vai gerar um custo que talvez inviabilize a operação, eu entendo que nós não devemos aprovar este projeto. Em nenhum momento eu estou dizendo que o vereador não está bem intencionado, mas toda a legislação representa um custo, e esse custo sempre recai nas costas de quem? Da parte mais frágil da relação, neste momento, entre o Estado e o empreendedor, vai ser o empreendedor... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ...e entre o empreendedor e o cidadão, com certeza vai acabar sendo para o cidadão, porque, no final das contas, isso vai gerar um custo e vai ser repassado, infelizmente, para o custo da operação.

Então, pedindo desculpas por não poder acompanhar a boa intenção do vereador, eu entendo que essa legislação, embora bem intencionada, vai gerar uma externalidade que não está prevista e que pode ser muito mal utilizada. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jessé.

A Ver.^a Natasha está com a palavra para discutir o PLCL nº 040/24.



VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, Presidente Comandante Nádia. Quero saudar os nossos colegas aqui. Quero falar ao Ver. José Freitas que eu voto a favor deste projeto. E eu quero lembrar aqui, eu quero lembrar aqui de uma forma muito saudável que, semanas atrás, né, acho que foi até o PL, o Novo, falavam sobre colocar a câmara na Vigilância Sanitária, lembra? “Ah, eles têm que usar.” Agora, não pode colocar dentro de um *pet shop*, porque, bom, os empresários vão blá-blá-blá. Isso é que dá botar pessoas fiscalizadoras do poder público que ficam de joelhos para o setor privado, ou seja, nunca consegue entender. Quem regula é o Estado. Quem manda é o Estado. Então, nós precisamos entender aqui, nós precisamos entender que as leis que nós aprovamos aqui, eles precisam cumprir. É simples. Não há muito o que fazer uma grande discussão. Eu sou tutora. Eu sou tutora de um *pet*, eu quero ter acesso, caso aconteça alguma coisa com ela. É um direito meu. A Ver.^a Mariana Lescano é mãe de *pet*, eu sou tutora. Ela exerce uma maternagem, eu exerço outra, mas eu acho que nós duas temos algo em comum, vereadora. Nós queremos ter acesso, na verdade, a uma câmara, caso o nosso *pet* chegue com a pata machucada, por exemplo. É um direito. Inclusive tem, eu acho que é um projeto de lei, um projeto de lei, aqui na Casa, que também fala sobre a violência contra as crianças nas creches. Eu acho que, quanto mais o Estado conseguir ter um controle saudável sobre esses espaços, é bom para o nosso regime democrático. É muito bom. A gente não vai sair prendendo as pessoas. A questão é que, muitas vezes, em *pet shop*, os *pets* voltam machucados para casa. Aí, bom, a gente não tem como provar, não sabe exatamente o que, de fato, aconteceu. E ficamos um pouco, digamos, em a ver. Então, eu acho que esses projetos deveriam ser simbólicos votados na Casa. Deveriam ser aprovados por todas e todos aqui. Não é? Essa discussão de que vai de encontro os empresários, vejam bem, os empresários, eles estão sobre a égide do Estado. Nós definimos o imposto que eles vão pagar. Nós definimos a isenção fiscal que eles têm, que é muita, diga-se de passagem, as grandes empresas têm grandes isenções fiscais. Então, nós queremos debater, desde imposto, mas também as



condições de trabalho, de serviço e que elas sejam transparentes para nós. Então, em nome da transparência, Ver. José Freitas, meu voto é “sim” a este projeto. E eu acho que ele deve ser melhorado. Pode ser colocado, inclusive, em casos de outros espaços, que a gente sabe que podem haver violências, como cuidado de idosos, cuidado de crianças, principalmente, para que a gente faça, desses projetos, projetos que possam apontar o futuro de uma cidade mais segura, onde a gente tenha, digamos, um controle, o Estado nos garanta este tipo de lei que controle através de câmera e que ela seja... Essas câmeras não serão transmitidas em tempo real, ou seja, será somente se nós pedirmos que essas câmeras, que a gente tenha, no caso, acesso a elas, que eles terão que nos ceder. Caso contrário, os empresários, a empresa, enfim, as pessoas que dão banho, que fazem a tosa dos cachorros estarão protegidos. A questão é quando violam algum tipo, digamos, de direito dos *pets*, inclusive de serem agredidos muitas vezes, para que a gente possa pedir a câmera e saber exatamente o que de fato aconteceu. E ajuda, muitas vezes, o empresário a tomar a medida, digamos, a medida exata, a dosagem correta com relação à pessoa que, por eventualidade, faça esse tipo de brutalidade com um cachorro, um gato ou qualquer outro *pet*. Então, Ver. José Freitas, o nosso voto é “sim” a esse projeto, e nós, do bloco de oposição aqui, não temos nenhuma questão de óbice. Nós queremos segurança para os *pets*, e é um projeto que vem para colaborar com a cidade de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha. Pergunto se mais algum vereador quer discutir.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCL nº 040/24.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, imaginem só se os atrasos de vida não viriam aqui nesta tribuna fazer o seu mimimi pró iniciativa privada. É sempre a mesma missa fajuta para os convertidos deles, é só para ganharem *like* nas redes, é a cara do Partido Novo. O Partido Novo é isso, eles não querem que a gente regulamente a



iniciativa privada, mas eles gostam dos bons salários públicos. Isso o Ver. Tiago aqui não veio e reclamou. O Ver. Tiago não quer que o povo regulamente os R\$ 24 mil de salário de vereador, aí não, mas ele diz que lá deixem os empresários fazerem o que quiserem, trabalharem do jeito que quiserem, sem regra nenhuma. Eu me lembro que eles vieram aqui, dias atrás, reclamar que a Vigilância Sanitária estava fechando restaurante podre na cidade, estabelecimento que vendia comida podre. E essa turminha do Partido Novo não estava a favor do povo, eles diziam: “Deixa os empresários venderem o que puder. Se os empresários só podem vender comida podre, deixa eles e ataca a Vigilância Sanitária”. Ah, agora eles dizem que não tem que ter câmara nas lojas, nas empresas que trabalham com animais, não precisa, mas são eles mesmos que vem aqui toda hora pedir câmeras de vigilância: “Vamos vigiar, vamos ver, vamos vigiar e punir”. Eles querem até câmara de vigilância dentro das escolas. Eles nunca sobem aqui para defender mais professor na escola, mais escola, eles não sobem, para construir mais escola, para repassar mais dinheiro para as escolas conveniadas, eles nunca vêm aqui pedir, mas agora eles não querem câmara lá dentro da empresa que faz serviço, presta serviço para *pets*. É para vocês verem como é que eles trabalham: eles querem a libertinagem no Estado. O Estado, para eles, é bom salário, para comprar boas gravatas, bons casacos, eles gostam de casacos que não falam em português, eles gostam desses que falam italiano, que falam inglês, falam francês, e por isso que eles defendem o Estado forte para eles. Eles defendem R\$ 24 mil de salário de vereador, mas aí lá proteger a vida dos animais eles não querem, aí não. Mas também subiu aqui um do PL, olha só o PL ontem, Ver. Jessé, que blindou os deputados. Olha que maravilha: ontem, fundaram o sindicato dos políticos em Brasília, o Congresso. O Congresso apodrecido – apodrecido! – o Congresso Federal votou, é, para não investigar mais os políticos, olha que maravilha, o político vai lá, faz a baderna toda, reúne gente, faz *lobby* e vão ganhar o seu dinheirinho, mas aí não vão ser investigados. E sobre isso o Ver. Jessé não subiu aqui para reclamar, ele ficou caladinho, porque o Zucco telefonou para ele e disse: “Calado, Jessé, porque



eu votei a favor, calado”. E o Jessé obedeceu, ele é obediente, o Zucco... Que ele está de olho, é visionário, né? Se o Zucco vira governador, ele é um obediente ao governador e vai ganhar carguinhos lá – esse é o Jessé. Está vendo? O Jessé agora não quer câmeras para salvar a vida dos animais porque, muitas vezes, em lojas de fundo de quintal, o serviço é mal feito e é violento. Mas a maioria, a maioria das empresas faz o serviço bem feito, faz bem feito. Mas é importante deixar aqui consignado quem é o Partido Novo e quem é o PL. Vocês estão vendo que eles usam esta tribuna aqui? Quando é para falar do PL, eles fazem assim ó. (Abaixa os microfones e olha para os lados.) Não vi nada. Não viram nada. Eles não veem nada. Parece aquele falso pirata que tem um olho tapado. (Tapa um olho com a mão.) Mas daí tu tira o tapador de olho, e ele enxerga muito bem com os dois olhos, mas só quando convém. É uma vergonha que se estabelece nesta cidade, é um vexame. Que hipocrisia, vereadores! Não envergonhem mais os seus eleitores! Tomem tenência! Tenham discurso coeso! Se é a favor... (Presidente informa que resta um minuto do tempo regimental.) ... Para concluir, se é a favor de menos Estado, então doa o salário. Mas não; eles não doam o salário porque eles têm que usar uma gravatinha que fala italiano, que fala francês, que fala inglês. Aí, claro, é uma gravatinha cara.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas. Questão de ordem, Ver. Tiago?

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Questão de ordem, Presidente. Fui citado nominalmente pelo líder da oposição, primeiro que vergonha é essa gravata que ele veio hoje ao plenário, isso é vergonha para os eleitores. Mas, ele fala que a gente pega só... Eu, se eu pudesse privatizar a Câmara de Vereadores e botar uma inteligência artificial para decidir as coisas, eu faria. Então, eu estou aqui, enquanto pessoas horríveis como ele, de péssimo nível, estão aqui, e eu preciso estar aqui para dar o contraponto. Mas, por mim, podia privatizar a Câmara de Vereadores, sem problema nenhum. E quanto à fala da



Natasha, eu quero falar para aquele deputado que se diz antifascista, a Natasha falou ali: “Tudo pelo Estado, pelo Estado...” – esse é o *cuore* do fascismo. Então aquele deputado do PT pode vir aqui e justamente cassar fascista aqui no plenário.

(Apartes antirregimentais do Ver. Jonas Reis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Tiago.

Mais alguém deseja discutir a matéria? Vereador, o senhor já conseguiu botar a emenda para a gente continuar discutindo, eu preciso que continuem discutindo. Está tudo certo? Mais alguém deseja discutir a matéria? Não tendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o PLCL nº 040/24. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente Nádia, colegas vereadores, quem aqui não levou uma vez o seu *pet*, reclamou do atendimento e ficou por isso mesmo. Matérias de jornal, de TV, mostram um caso recente, agora em Viamão, em que a família levou o *pet* e buscou ele morto, morto na *pet shop*, e ficou por isso mesmo. Os colegas estão falando sobre as obrigações, e eu queria dizer para os colegas que o texto inicial já não está valendo mais. A única coisa que prevê esse projeto, a única coisa: a pessoa vai ter que gravar, gravar. Não precisa instalar câmara, não precisa a pessoa ver o seu *pet*, sendo feito o trabalho nele, o banho, a tosa, seja o que for, não precisa, isso caiu. A única coisa que estabelece no projeto é que tem que gravar. E pode ser no celular. Então, a *pet shop* não vai ter gasto nenhum, não vai ter gasto nenhum. (Procede à apresentação de imagem.) Nós queremos a garantia de que, quando nós largarmos o nosso *pet*, lá na *pet shop*, se ele vier a ser machucado, ou coisa parecida, eu tenha a garantia da imagem. Pode ser num celular, garante aqui o projeto. Então, o texto inicial que previa instalação de câmera, um material acrílico para a pessoa ver o seu *pet*, isso caiu. Apenas



precisamos da imagem. Pode ser no celular. E a pessoa tem que guardar, armazenar essas imagens por sete dias. É isso. Então, se os colegas entenderem que é razoável, para garantirmos não só a integridade dos cães, mas principalmente os tutores de largar o seu cão lá e ter a consciência que ele está sendo bem tratado, e, se houver uma denúncia, ele vai ter a garantia da imagem. Eu acho que era isso. Os colegas que entenderem votar favorável, votem.

Eu quero mostrar um vídeo e dizer que eu construí esse projeto conversando com tutores. E eu tenho o depoimento de um aqui do *pet shop* lá da Serraria, da Tia Ka Estética Shop. Vamos ver o depoimento dela. Então, fiquem tranquilos, colegas, não vai ter custo nenhum para os *pet shops*. Não precisa instalar câmera. Ela pode gravar no celular dela e guardar as imagens por sete dias. Construí com os *pet shops*, com vários. Aqui, o depoimento de uma.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Está sem áudio.

Bom, aí ela está mostrando que já tem as câmeras. No caso desse *pet shop*, ela já filma, e a pessoa tem condições, inclusive, na casa dela, de assistir. Esse é um caso.

Então, para ficar bem claro para os colegas: não vai ter custo nenhum para os *pet shops*, apenas armazenar suas imagens. Pode ser pelo seu celular por sete dias. Um abraço e vamos à votação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. José Freitas.

Mais alguém deseja encaminhar a matéria? (Pausa.) Está encerrado o encaminhamento.

Em votação a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLCL nº 040/24. (Pausa.)

Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 040/24. (Pausa.) Os Srs. Vereadores



que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Jonas Reis e Ver. Tiago Albrecht, o PLCL nº 040/24. (Pausa.) Pergunto se algum vereador não conseguiu votar, ou deseja trocar o seu voto? Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**; 2. **ABSTENÇÕES.** Parabéns, Ver. José Freitas.

Questão de ordem, Ver. Jessé?

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Sra. Presidente, o PL e o Novo solicitam a substituição do PLL nº 113/23 pelo PLL nº 671/23 na priorização de votação da presente sessão; e que seja a próxima matéria a ser apreciada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando que o item 12 da priorização, PLL nº 113/23, seja substituído pelo PLL nº 671/23, de sua autoria, a ser incluído na priorização de votação da presente sessão, e que seja a próxima proposição a ser apreciada. (Pausa.) (Procede à leitura da ementa do PLL nº 671/23.)

O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, meus colegas vereadores e vereadoras, eu gostaria de pedir atenção do plenário, Ver. Ramiro Rosário, Tiago Albrecht, Ver.^a Natasha. O plenário, há poucos instantes, comemorou a aprovação do projeto de lei do Ver. José Freitas. E esse ambiente de euforia não pode permitir com que a gente não perceba o que está às vésperas de acontecer, Ver.^a Karen. O Ver. Jessé Sangalli, solicitou a alteração da priorização para que fosse incluído um projeto de lei que não estava na priorização. Eu não vou chamar de circo em respeito aos palhaços e às palhaças, mas eu estou fazendo um debate sério aqui. Eu estou fazendo um debate sério, Ver. Rafael Fleck. É um tema de videomonitoramento



nas escolas. Nós precisamos pensar políticas públicas baseadas em evidências. Eu gostaria, Ver.^a Natasha, que nós pensássemos aqui o método, nós temos um colégio de líderes que se reúne toda quarta-feira, Ver. Cecchim; na reunião do colégio de líderes, nós definimos a priorização do que será votado. Esse projeto de lei é polêmico, esse projeto de lei é complexo, esse projeto de lei exige estudo, esse projeto de lei exige debate, por isso não cabe que um projeto de lei com essas características seja incluído de forma intempestiva para a votação no plenário. Nenhum vereador e vereadora teve a oportunidade de se dedicar com qualidade para examinar, para poder, com qualidade, discutir, debater e votar um projeto como esse. O meu pedido, Ver.^a Vera Armando, não é no sentido de antecipar a discussão do mérito, cada vereador e cada vereadora poderá votar com a sua consciência nesse projeto. Agora, esse não é um projeto corriqueiro, não se trata de um projeto banal, é um projeto complexo que precisa ser debatido com fôlego, e por essa razão a bancada do PCdoB encaminha contrariamente ao requerimento. Eu insisto, pela última vez, que não é um requerimento qualquer. Está se incluindo para a votação um projeto que não estava sequer na lista. Tenhamos seriedade e compromisso com o nosso trabalho, se nós tivermos seriedade e compromisso, nós não admitiremos que seja votado dessa forma um projeto tão sério. Eu e a bancada do PCdoB levamos a sério o nosso trabalho e por isso somos contrários ao requerimento apresentado pelo Ver. Jessé, e farei a discussão do mérito no momento adequado. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovanni Culau.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do seu requerimento, como autor.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Primeiro, o Ver. Giovanni Culau se confunde ao falar que é açodado, porque o projeto é de 2023, está aqui há um ano e meio esperando para ser votado, não sei se ele não leu os projetos, mas está há um ano e meio esperando para ser votado o projeto que trata de



câmeras de segurança nas escolas da cidade de Porto Alegre, para garantir a segurança das nossas crianças contra, por exemplo, agressões, como, recentemente inclusive, se conseguiu desvendar um crime lá em Caxias do Sul. Ou seja, nós queremos as mesmas alegações que a esquerda usou aqui para proteger os animais do *pet shop*, nós queremos que as crianças da nossa escola sejam protegidas por imagens, protegendo-as contra agressões, para possibilitar investigações contra os abusadores e os violentadores de criança. Eu quero saber qual é que vai ser o vereador que vai votar para colocar câmera em *pet shop* e vai ser contra colocar câmera em sala de aula para proteger a nossa criança. É isso que está em votação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jessé.

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. Vereadora, lhe lembrando da forma que a senhora tem que me chamar.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Então, colegas vereadores, quero trazer alguns elementos para contribuir nessa discussão enquanto professora. Primeiramente, eu sou do ponto de vista que qualquer projeto de lei que trate da educação, no mínimo, tem que passar pelo Conselho Municipal de Educação e tem que ouvir os professores. Os projetos que vêm da base, eles têm muito mais legitimidade, e a gente, enquanto oposição, não se nega a votar, porque foi construído previamente com quem vai sofrer na pele as consequências desse projeto. Eu sou contra essa ideia de democracia que dá todo o poder para vereadores legislarem sobre conteúdos que a gente não tem conhecimento. E é legítimo a gente dizer que nem sempre a gente vai ter autoridade para legislar em áreas que não são da nossa competência. Eu acredito que um projeto como esse deveria ter vindo de uma audiência pública, porque outros projetos que tratam de tecnologias, de reconhecimento facial, que podem muito bem, sim, corroborar uma ideia de segurança pública, em alguns contextos, a tecnologia é utilizada enquanto um mecanismo de controle



e enquanto um mecanismo de punição. Então, as nossas liberdades individuais, a nossa liberdade de cátedra, e eu digo liberdades porque o Partido Liberal, do qual o Jessé faz parte, reivindica o termo liberdade. Então, a gente tem que pensar até que ponto um projeto de vigilância dentro das escolas não vai interferir na liberdade de cátedra e não vai interferir na liberdade dos estudantes que vão ter as suas imagens registradas por um sistema que não está explícito dentro do projeto de como esses dados vão ser tratados, como esses dados vão ser utilizados. Então, é um projeto ambíguo, um projeto que deixa a desejar no âmbito da informação, da transparência, do controle público. É um projeto que, infelizmente, está desde 2023 aqui na Casa, mas não teve nenhum tipo de iniciativa, vereador, para que a gente fizesse a construção. Tudo aquilo que é para melhorar a qualidade de ensino, é óbvio que pode contar com o voto da oposição. Nós, nesse sentido, estamos no mesmo campo. Ao mesmo tempo, trazer um projeto que pode vir a se transformar em mais um instrumento de controle, de coerção, por parte de qualquer governo, qualquer governo que venha assumir o paço municipal, do meu ponto de vista, deixa a desejar. É a mesma coisa eu querer propor colocar câmeras dentro dos gabinetes dos vereadores para que a população possa fiscalizar a atividade parlamentar. Obviamente vai ter vereador que vai ser a favor, obviamente vai ter vereador que é contra, mas a gente tem que debater, isso é democracia. A Ver.^a Lescano enche a boca para falar de democracia, mas a democracia dela é de quem grita mais aqui na tribuna, não consegue ouvir os pares, não consegue pensar o contraditório, não consegue pensar a dialética, ela só consegue enxergar um mais um. Então é difícil debater com parlamentares desse nível. Igual, Ver. Jessé, eu faço o apelo para que a gente possa minimamente organizar uma audiência pública, convocada por esta Câmara, para que a gente possa discutir com os nossos pais, professores, com a comunidade escolar, com o próprio secretário de educação, Pascoal, para saber como isso vai ser regulamentado, como isso vai ser colocado em prática dentro das escolas. Não adianta ter maioria aqui dentro e passar as coisas no



tapetão, a gente tem que fazer o exercício do contraditório, da dialética e debater os nossos projetos com seriedade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Karen.

A Ver.^a Mariana Lescano está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas; boa tarde quem está nos assistindo pela TVCâmara; estamos aqui para votar o requerimento que autoriza esta Casa Legislativa a votar um dos melhores projetos que temos aqui, um projeto que efetivamente pode vir a levar segurança para os bens mais preciosos de qualquer família, as nossas crianças. E é uma lástima que esse projeto já esteja desde 2023 para ser votado, e ainda nós o não tenhamos feito, porque isso sim vai impactar diretamente na vida das nossas crianças. Quero dizer que fiz uma emenda ao projeto do Ver. Jessé que diz: colocar câmeras de segurança nas escolas para que, dentro da sala de aula, se saiba o que está acontecendo com os nossos filhos. No projeto original tinha passado a questão do áudio, eu fui lá e fiz uma emenda para as câmeras terem áudio, porque queremos saber sim, além do que está acontecendo, que os nossos olhos possam ver o que está sendo falado para os nossos filhos. Mas não me surpreende que essa esquerda de Porto Alegre venha aqui para dizer que é contra, porque a gente sabe que hoje as escolas e as universidades são o antro de militância e doutrinação das esquerdas. Eles não querem uma educação livre, eles não querem que os nossos filhos vão para as escolas para aprender matemática, história, geografia; eles querem lá ficar colocando essa militância nefasta da esquerda; eles querem que as nossas crianças fiquem ouvindo música a favor de crime, a favor de drogas, a favor de sexualização. E é por isso que queremos, sim, mais proteção, mais segurança e câmeras para as nossas escolas. É a mesma esquerda que é a favor de câmeras em policiais, porque, atividade do policial eles querem conferir, eles querem ver como é que o policial está tratando o



bandido, mas saber como é que o professor está tratando os nossos filhos, crianças, muitas vezes, indefesas, eles não querem. Não querem porque querem continuar doutrinando e, muitas vezes, acabando com a mentalidade, com a capacidade crítica das nossas crianças. Espero que esta Casa Legislativa tenha responsabilidade e que a gente vote, sim, o requerimento e, posteriormente, sim, câmeras de segurança nas escolas, com áudio, para que os nossos filhos estejam protegidos e nós tenhamos uma educação com liberdade e acabar com a esquerda doutrinando as nossas crianças. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Mariana.

A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom, a gente, tendo que debater esse tema, se a gente vai discutir ele ou não, vai colocar na prioridade, mais do que nunca demonstra a nossa falta de entendimento, de conhecimento e a nossa tamanha ignorância em relação à pauta que está aqui sendo posta para votar. Bom, qual é a questão aqui? E aí eu quero começar respondendo à Ver.^a Mariana Lescano: nós vamos precisar, de fato, entender qual é o papel da educação para a nossa sociedade e entender como a sala de aula funciona. Esse não é o teu caso. Desculpa, colega, mas esse não é o teu caso. E eu digo isso porque o que nós vamos discutir aqui, pelo que eu entendi do Ver. Jessé, a ideia é que já que nós votamos e aprovamos um projeto de lei voltado aos animais, o mesmo nós podemos falar dos seres humanos. Gente, eu sou professora há 25 anos; nós precisamos com certeza entender a complexidade que é debater esse tema aqui na Casa. Ele é importante; o Ver. Fleck, nosso presidente da CECE, sabe muito bem que nós discutimos nos últimos tempos o tema da violência nas escolas. Nós sabemos muito bem que nós precisamos de medidas efetivas para dar conta da violência, mas não é da forma como está sendo posta aqui, da forma como está sendo impulsionada aqui na Casa que nós vamos resolver esse problema, não é, não é, não é! Não é, com



certeza, Ver.^a Mariana Lescano. Então, eu quero aqui reiterar aos colegas vereadores, aos demais colegas, que nós não estamos falando aqui de animais. Nós estamos falando de seres humanos; a gente precisa estudar, se preparar para debater a pauta; a gente precisa aprofundar o tema, ouvir especialistas, porque o que se defende aqui não é só o sistema de monitoramento por câmera de vigilância. Esse projeto de lei também fala de arma na escola. Não vamos nos enganar. Então, peço e digo, em nome da oposição, que nós somos contra a gente colocar como prioridade, porque nós não definimos isso, em primeiro lugar, pelo colégio de líderes, não foi uma definição; em segundo, defendo que aquilo que nós acordamos, nós vamos cumprir. E pelo visto, esta Casa está perdendo essa característica. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Grazi.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Presidente, peço que segure meu tempo, enquanto a gente está vendo baixaria aqui.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadoras, por gentileza, temos uma vereadora na tribuna. Vereadora Juliana, cinco minutos com a senhora.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Autoritarismo – essa é a marca, não só do governo Melo, para a educação, mas também da postura aqui do nosso colega, que propõe uma manobra para colocar em votação um projeto de lei que nós não está em discussão na Casa e que vai cercear a liberdade de cátedra dos professores e professoras da rede municipal de educação. Há um problema que é de mérito nesse projeto. O conteúdo dele de vigilância aos educadores e educadoras que têm sido atacados cotidianamente nessa cidade



e que, é a partir dessa campanha difamatória de deslegitimação que vocês, da extrema-direita desta cidade, fazem aos professores e professoras que a gente tem tido diversos episódios de violência nas escolas; todos os dias professores, diretores, equipes pedagógicas estão sendo agredidos nas salas de aula, estão sendo agredidos na porta das nossas escolas, mas aí, Ver.^a Mariana Lescano, eu não te vejo subir aqui para defender os educadores, eu te vejo subir aqui para atacar os educadores, porque tu és contra a educação pública, tu és contra quem faz a rede municipal de educação. Nós queremos poder discutir os projetos nesta Casa, o problema de método do que nós estamos falando aqui nesse requerimento precisa ser falado, não é possível que a extrema direita não tenha condições de vir para o debate, de sustentar suas posições, que tenha que tentar colocar o projeto no tapetão para que a gente vote sem discussão. Vocês têm medo de discutir com a sociedade, vocês só colocam as coisas no tapetão, porque vocês não conseguem sustentar a posição de vocês, o que vocês sabem é fazer campanha difamatória, é atacar educadores, mas vocês não entendem de educação e não sabem defender as posições de vocês, porque, se soubessem, não teriam medo de discutir conosco e com a sociedade projetos como este, que nada tem a ver com educação pública. Então, Presidente, quero pedir para os colegas para que a gente não aceite essa manobra autoritária que o Ver. Jessé Sangalli tenta impor para colocar aqui um projeto que mais uma vez vai agravar a situação de violência nas escolas, vai agravar a situação de difamação e de ataque aos professores e professoras da nossa rede municipal de educação. O que nós precisamos é discutir com seriedade esse tema, é ter propostas concretas para enfrentar a violência nas escolas, para construir uma cultura de paz, e não é esse o interesse da extrema direita, pelo contrário, é deslegitimar os educadores e educadoras, e isso nós não vamos aceitar, por isso nós somos contrários a esse requerimento, e pedimos a sensibilidade dos colegas e das colegas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana. Questão de ordem do Ver. Giovanni Culau e Coletivo.



Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Muito obrigado, Presidente, uma questão de ordem importante que merece a atenção do Ver. Jessé e do Ver. Alexandre Bobadra, porque ao que me consta na tramitação do projeto, a procuradoria aponta que há prejudicialidade neste projeto do Ver. Jessé, justamente em razão da tramitação anterior de um projeto que é de autoria do Ver. Alexandre Bobadra. Então, se há prejudicialidade, nós sequer poderíamos votar o projeto do Ver. Jessé em razão da tramitação deste outro projeto de lei. Gostaria de uma posição da Mesa em relação a esse apontamento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Uma das coisas que é importante a gente falar aqui, as prejudicialidades são encaminhadas sempre para a Presidente, para o Presidente da Câmara fazer o arquivamento ou não, mas sempre que há prejudicialidade de dois projetos, e tem acontecido na Casa, o diretor legislativo ou procurador encaminham para a presidência, e cabe ao Presidente da Câmara dar a prejudicialidade arquivando aquele que há de prejudicialidade. Não chegou nada para esta presidência, e me parece, pelo que o diretor está falando, que são projetos diferenciados, ok?

Vereador Alexandre, o senhor quer mais alguma coisa?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): É que me desculpa, Presidente, pode ser em razão da minha inexperiência, eu tenho bastante humildade e estou aqui para aprender com a senhora. Veja bem, eu protocolei um projeto de lei, e um projeto de lei de minha autoria foi apontado no sentido de não poder seguir na sua tramitação em razão de prejudicialidade por haver outro projeto anteriormente protocolado que tratava do mesmo tema. E veja bem, Presidente, no meu caso, o projeto anterior, o qual geraria prejudicialidade, ele era mais amplo, da mesma forma como o projeto do Ver. Alexandre Bobadra é mais amplo do que o do Ver. Jessé. Então, no meu entendimento, se valeu para mim naquele momento, precisa valer neste momento o mesmo espírito e o mesmo encaminhamento. Ou seja, há



prejudicialidade ou não há? Se há prejudicialidade, este projeto não pode ser votado neste momento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, é exatamente o que eu estou lhe dizendo, tá? Novamente reforçando aqui o que o diretor legislativo está dizendo, os projetos chegam tanto na Procuradoria quanto na Diretoria Legislativa e tendo projetos similares, iguais, que tenham um prejuízo o outro, esses projetos são, e como tem acontecido, o diretor tem me levado, seguidamente, projetos em que eu tenho arquivado o mais antigo em detrimento do mais, aliás, arquivo mais novo em detrimento do mais antigo. Diretor, o senhor pode completar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Uma questão importante a esclarecer sobre a questão das prejudicialidades, nós fazemos uma avaliação jurídica. Agora, obviamente, isso não é uma avaliação matemática, o Regimento estabelece uma regra para isso. Se a Diretoria aponta prejudicialidade e a Presidente encaminha para a Presidência e a Presidência acolhe, eventual inconformidade do vereador poderá ser manejada através do recurso do art. 99 do Regimento. Nesse caso, nós teremos que olhar os projetos, porque não apontamos a prejudicialidade naquela ocasião. Mas agora, assim de cabeça, eu não posso dar mais detalhes. Eu prometo que eu vou olhar.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Não foi apontada a prejudicialidade por parte da Diretoria.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que, vereador...

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Muito obrigado, Presidente, diretor Luiz Afonso. Eu peço verificação de quórum.



(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ele pode a qualquer momento, os vereadores podem solicitar quórum a qualquer momento. Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Vereador Moisés está presente. Só um momentinho, estamos ainda no tempo...Estamos vendo o quórum. Não dei as presenças ainda. O próximo é o senhor. Pergunto se algum vereador não conseguiu dar a presença. Só um momentinho, vereador. Algum vereador não conseguiu dar a presença? Ver.^a Natasha está presente.

(Após o fechamento do painel eletrônico.) Com 32 vereadores presentes, há quórum.

O senhor quer uma questão de ordem antes ou ele está... Pode falar?

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. O senhor tem 5 minutos para encaminhar a matéria.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, a nossa Constituição da República Federativa do Brasil, que é o nosso modelo de estado ideal, é o nosso norte hermenêutico...

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

Vereador Jonas Reis (PT): Atenção que o indiciado vai falar; atenção que o indiciado está falando; atenção, o indiciado está falando.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver. Jonas, nós temos um vereador na tribuna, por gentileza. Eu segurei o seu tempo.



VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, eu gostaria de solicitar à Taquigrafia da Casa aqui, a fala aqui do Ver. Jonas, que todos testemunharam, já quero ingressar, de antemão, aqui, na Comissão de Ética da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Isso aqui é um local sério. Nós temos que respeitar o voto popular. Eu estou aqui pelo voto. Nós temos que respeitar aqui o dinheiro do povo de Porto Alegre, o dinheiro do pagador de imposto. Aqui não é circo não, para vir fantasiado. Aqui é coisa séria, é o dinheiro público. Aqui é pai de família, mãe de família, é trabalhador, é estudante. E isso que esse vereador fez aqui tem que ser colocado na Comissão de Ética. Então peço aqui à assessoria jurídica do Partido Liberal para que pegue aqui a fala do vereador com as testemunhas. E hoje mesmo vamos representar contra esse vereador na Comissão de Ética, porque é o mesmo vereador que ali fica filmando os colegas da tribuna e fazendo chacota e colocando coisas na internet. Por que esse vereador pode com o seu celular, com uma câmera, filmar os outros vereadores e tirar as nossas falas de contexto? Por que essa estratégia de gasolina, Jonas gasolina, é Jonas gasolina, porque ele coloca fogo aqui na Câmara de Vereadores. Quero deixar registrado isso, e vou ingressar na Comissão de Ética contra esse vereador que faltou com o decoro aqui com todos os colegas parlamentares.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, a pauta do encaminhamento, encaminhamento do requerimento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): A Constituição da República Federativa do Brasil, que é o nosso modelo de Estado ideal, é o nosso norte hermenêutico, ela foi publicada em 1988 e promulgada em 1989, e teve diversas emendas constitucionais. E lá no *caput* do art. 37, com a emenda constitucional de 1998, nós migramos da administração burocrática para a administração gerencial. Porque a legalidade, impessoalidade e publicidade... Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e agora eficiência. E as câmeras vão ao encontro do interesse público primário e secundário, que é o



princípio da eficiência. Eu quero ser filmado. Quero ser filmado 24 horas. Quero que a minha filha vá para a escola e seja filmada. Quero que a minha esposa vá para o trabalho e seja filmada. Quando eu tiver trabalho, eu quero ser filmado. O policial militar, ele filma o seu trabalho. O policial civil, na operação, filma o seu trabalho. O guarda municipal filma o seu trabalho, porque tem orgulho do que faz. Tem que dar publicidade aos seus atos. E por que esse projeto do Ver. Jessé, projeto inteligente, não pode ser colocado em pauta aqui? Não há nexos causal entre os dois projetos. Um fala sobre a segurança armada nas escolas. E o outro fala sobre o quê? Sobre as câmeras nas escolas. E vejo aqui a oposição com subterfúgios, mecanismos nebulosos, tentando ludibriar a opinião pública, maculando um projeto tão importante. Então peço aos colegas vereadores que usem a sua inteligência emocional, e possamos colocar esse projeto para votação aqui e que seja aprovado por unanimidade, pensando nas nossas crianças.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Alexandre Bobadra.

O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. Lembrando que nós estamos encaminhando o requerimento.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Comandante Nádia, agradeço. Vereadores, pagadores de impostos... Agradeço ao líder Ramiro pela oportunidade de vir aqui em cima. Eu gostaria de deixar o Ver. Bobadra tranquilo, porque essa fala de indiciado me parece ser sobre aquele que foi condenado na campanha por *fake news*. Se tem alguém nesse plenário que é condenado não é V. Exa., Ver. Bobadra, não pelo que ele está dizendo. O condenado nesse plenário por espalhar mentiras é Jonas Reis. (Palmas.) Jonas Reis é condenado por *fake news*, isso é preciso dizer aqui. Bom, me atento à pauta, Sra. Presidente, não durou cinco minutos a hipocrisia da esquerda. Subiu uma vereadora aqui, do PT, que fez um discurso digno de



fascismo, Ver. Gringo: “Tudo pelo estado, para o estado, o estado tem que fiscalizar”. Aí veio outro vereador aqui, o líder, o Jonas, disse: “Porque o Novo quer pegar salário, porque na hora de não sei o quê, do estado, estado, estado...” Aliás, um vereador que adora tanto o estado que, olha, acho que bebe gasolina, porque... Bom, deixa para lá. Aí, quando... Bom, querem regular, passou o projeto do colega, não estou nem o pegando, estou pegando os argumentos, aí não durou cinco, dez minutos, quando o Ver. Jessé falou: “Bom, se é para o estado fiscalizar, vamos fiscalizar a sala de aula. Porque se o *pet* precisa ter a imagem, o bichinho, tem mãe de *pet*, pai de *pet* e tal, então, as nossas crianças, seres humanos, ainda mais importância têm para nós sabermos o que se passa na sala de aula”. A hipocrisia da esquerda não dura cinco minutos, porque aí sobem aqui para destrinchar um cipoal de coisas que não param de pé. Argumentos que eu respeito, evidentemente, mas que não param de pé pelo próprio argumento deles, estatistas, Ver. Jessé, que querem fiscalizar, porque “é o estado, porque é isso mesmo, porque é a iniciativa privada malvadona”. Ué, mas o projeto passou em todas as comissões, diz o Ver. Jessé, está pronto para ser votado, Ver. Culau – V. Exa. falou que tem que ser debatido e é o que estamos fazendo. Então, é importante que o pagador de impostos que está nos assistindo pela TVCâmara e suas mídias, veja essa incoerência. Eles querem defender os pelegos, eles não querem defender o pagador de impostos e a sociedade. Eles não têm interesse na fiscalização, eles têm interesse em defender o deles. Eu já falei aqui, quem defende o pobre é a direita, a esquerda defende pelego, defende cargo estatal, tamanho estatal. Então, Sra. Presidente, eu quero parabenizar o Ver. Jessé Sangalli por propor essa troca, apoiada, inclusive, pelo Ver. Alexandre Bobadra, que subiu aqui e fez a sua fala também. Parece que o PL está propondo, junto com o Novo, essa troca, e vamos para a votação, esta Casa é soberana, vivemos numa democracia. E que fique registrada essa hipocrisia da esquerda, que, repito, não defende o pobre, não defende o rico, não defende a classe média, não defende a cidade de Porto Alegre, defende os seus pelegos e os seus próprios interesses. Muito obrigado, Presidente.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Tiago Albrecht. Quero aqui dar as boas-vindas ao vereador Matheus Sperry, vereador de Capão da Canoa, do Partido Liberal, seja bem-vindo. Também cumprimentar aqui o diretor-geral do DMAE, Vicente Perrone, seja bem-vindo. Vereador, o senhor tem uma questão de ordem?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Uma questão de ordem, Presidente, aproveito para cumprimentar o vereador, cumprimentar o diretor do DMAE. Gostaria muito que nós pudéssemos votar, inclusive, o Refis do DMAE, aproveitando a presença do diretor. E vou entregar à senhora um requerimento, para que, então, seja analisada a prejudicialidade ou não, no momento adequado, desses projetos de lei em questão e que estão em debate neste momento entre nós. Vou lhe apresentar o requerimento.

(O Ver. Giovani Culau e Coletivo entrega o documento à Presidente.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Certo, muito obrigada, vereador. Olha, aqui é rápido o negócio, a Diretoria Legislativa é muito boa. Ver. Jessé Sangalli. Temos mais um inscrito para encaminhar, o Ver. José Freitas.

Vereador Jessé Sangalli (PL): Só para deixar registrado, tentando suscitar, corrigir a dúvida do Ver. Giovani Culau, que o projeto do Ver. Bobadra, embora muito meritório, inclusive eu assinei junto, trata sobre a questão de armamento nas escolas, na segurança que faz a guarda das escolas, e que contém também câmeras de segurança, inclusive com emenda. E o meu projeto trata de câmeras de segurança, mas essa não é a solução do problema, a solução do problema é que o projeto do Ver. Bobadra está arquivado, porque chegou no final da legislatura e havia sido arquivado. E o meu projeto já estava na Ordem do Dia, então, ele já cumpriu os requisitos, portanto, está corrigido a qualquer tipo de falha processual.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, obrigada, Ver. Jessé, estaremos olhando e dando a resposta. Vereadora Juliana de Souza, a senhora tem questão de ordem?

Vereadora Juliana de Souza (PT): Sim, Presidente, uma questão de ordem. Estava, inclusive, conversando aqui com os colegas da Comissão de Educação, a gente teve, recentemente, na nossa Comissão de Educação, uma discussão sobre o tema da violência nas escolas e tiramos como encaminhamento, com todos os vereadores subscrevendo, que nossa comissão vai elaborar um projeto para esta Casa discutir sobre essa temática, que eu estou entendendo que é o objeto de preocupação dos colegas que apresentam aqui essa proposta também. Quero pedir a sensibilidade para que a gente possa, Ver. Jessé, apreciar o projeto da comissão, que está discutindo com os diferentes campos políticos desta Casa uma proposta comum para que a gente possa colocar a discussão no plenário. Então o que a gente aguarda, solicito, portanto, que o vereador espere, retire seu requerimento e possa construir conosco esse debate. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Juliana.

O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Colegas vereadores, Ver. Jessé, infelizmente, eu não vou poder acompanhá-lo nesse projeto, e não é porque eu sou contra a segurança; todos nós estamos preocupados com as crianças nas escolas, com a segurança das crianças, dos professores, dos pais. Então seu projeto diz o seguinte: estabelece a implantação de sistema permanente de monitoramento eletrônico em tempo real, por meio de câmeras de vídeo sem áudio nas escolas da rede municipal. Aí o art. 2º diz o seguinte: abrangerá salas de aulas – aqui que o bicho pega –, bibliotecas, parques e



demais espaços de uso comum, os espaços de uso comum aqui tudo bem, mas salas de aula atinge o Estatuto da Criança e Adolescente. Artigo nº 17 do Estatuto da Criança e Adolescente: garante o direito à imagem da criança e do adolescente, estabelecendo que a integridade da sua imagem, assim como da sua identidade, autonomia e valores devem ser preservados. Esse direito é assegurado também pelo art. 227 da Constituição Federal, que determina absoluta prioridade na proteção desses direitos. Isso quer dizer o quê? Se instalada uma câmera na sala de aula, tem que ter, para exibir essa imagem, do pai de cada criança que estiver naquele recinto. E como será feito isso? Como poderá fazer isso? Então, por isso, eu vejo que não tem como instalar câmeras. Ou tem que emendar aqui, enfim, pois, assim como está, não é possível nós aprovarmos, porque nós vamos estar contra o Estatuto da Criança e Adolescente. Então uma reflexão aí para todos. Aqui está o meu colega Marcelo. Marcelo, fere o art. 17: preservação da imagem da criança. Então, para ter uma câmera na sala de aula, tem que ter autorização do pai de cada criança que está naquele recinto. Como instalar uma câmera numa sala de aula? Nos corredores, tudo bem, em outros recintos, mas na sala de aula é inviável. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. José Freitas.

O Ver. Rafael Fleck está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia, colegas vereadores, colegas vereadoras, eu fui antecedido aqui pelo Ver. José Freitas, tem aqui também o Ver. Marcelo Bernardi, ambos Conselheiros Tutelares, fui colega deles, mas claro que o Ver. José Freitas e o Ver. Marcelo Bernardi são mais experientes do que eu no Conselho Tutelar, porque lá permaneceram e chegaram muito tempo antes, mas eu, Ver. Jessé, faço essa discussão das câmeras, pois é um tema muito debatido na educação infantil. Viu, Ver. Jessé? É bem importante isso que eu vou falar, eu queria



tomar o seu tempo, um minuto, pois é bem importante. Na educação infantil, existe um debate sobre filmar ou não dentro da sala de aula. Na maioria, a rede parceirizada hoje da Prefeitura atende cerca de 75% do atendimento em vaga de escola na etapa creche e pré-escola. E lá tem um debate, mesmo contrariando uma normativa do Conselho Municipal de Educação, que não proíbe, ela indica que não tenha câmera dentro da sala de aula, em cima de uma preservação da cátedra do professor. Bom, eu estou convidando o senhor para um debate. Eu já esclareci, como advogado, vários problemas na escola de violência, através da utilização das câmeras, que lá estão de forma irregular. É um debate. Eu acho que nós temos que debater, eu acho muito oportuno. Mas eu acho que a câmera em sala de aula facilita também a atividade de pessoas que não têm interesse em proteger as crianças, já que lá ela pode estar em um ambiente onde as crianças são trocadas, Ver. Cecchim, e estarão expostas as imagens delas, e lá nós estaremos violando a Lei Geral de Proteção de Dados.

Então, Ver. Jessé, eu até fui falar com o Ver. José Freitas, porque eu também não vi e percebi que o projeto dele apenas guardaria as imagens, mas não que obriga a ter imagens dentro dos *pets shops*. Então, eu acho que é um tema, Ver. Jessé, que nós temos que discutir aqui. Não retirar da tramitação, mas incluí-lo hoje na pauta, eu acho que é muito complicado. Então, eu rogo a V. Exa. que retire de pauta para a gente poder fazer uma discussão mais ampla sobre esse tema. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Rafael. Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente Comandante Nádia, eu escutei atentamente o discurso do Ver. Fleck e eu queria pedir, então, a gentileza do Ver. Jessé para que a gente vote agora o Refis [PLCE nº 017/25] e deixe para segunda-feira o projeto que estava sendo discutido.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Bom, se vai dar mais tempo para discutir e ajustar com os colegas, eu acato aqui a sugestão do nosso líder Cecchim e coloco como sugestão votar o Refis hoje, e ser o segundo da próxima sessão, este nosso aqui.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Então, senhores, mais alguém deseja... Pois não, Ver. Roberto Robaina.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): É só para entender, foi feita toda essa discussão para nada? Só para entender.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Na verdade, ele vai incluir na segunda-feira, no segundo item de segunda-feira. Não, mas ele quer entender o que está acontecendo.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu queria votar agora para derrotar já essa proposta, mas tudo bem, o autor tem direito.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, então é o seguinte, gente: nós temos duas votações. Mais alguém deseja encaminhar o requerimento do Ver. Jessé? Está encerrado esse requerimento. E a proposta, então, desse requerimento é que, ao invés de entrar agora para votação, entre no segundo de segunda-feira, ok? Ainda tendo para responder ao Ver. Giovani, também temos algum tempo, ok? Então, os vereadores que concordam com esse...

(Manifestações no plenário.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Mas é sobre isso?



Vereadora Mariana Lescano (PP): Presidente, solicitei o art. 94 [concessão de tempo especial] entreguei em mãos para a senhora e solicitei também as Notas Taquigráficas em relação à fala da Ver.^a Juliana, a qual entendo que ela fere a minha honra, onde ela diz que eu subo à tribuna para atacar diuturnamente os professores, somente para atacar os profissionais da educação, o que não é uma verdade. Então, solicito que eu tenha o direito de resposta, peço que juntem as notas. Fundamento, art. 94.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, dou recebimento aqui do requerimento da Ver.^a Mariana Lescano, que solicita, com base no art. 94, do Regimento Interno, § 1º, alínea f, direito de resposta com base na fala da Ver.^a Juliana de Souza, durante encaminhamento do requerimento de votação do projeto de lei do Ver. Jessé Sangalli. Vereadora, eu não tenho as Notas Taquigráficas, eu solicito que a senhora apense aqui, para que depois eu possa dar o deferimento ou não do seu pedido, ok? O Ver. Giovani Culau estava antes do senhor. Ok, Ver. Jonas.

Vereador Jonas Reis (PT): É o mesmo teor, Presidente, o Ver. Bobadra subiu à tribuna e fez uma série de citações ao meu nome, por conta do que eu falava aqui no plenário, e eu apenas li uma matéria de jornal em que ele é indiciado e assumiu como vereador, quando a secretária se transformou – a Fernanda Barth era vereadora. Então, só peço também o direito de resposta e vou entregar por escrito o art. 94.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Por gentileza, o senhor faça então o requerimento também por escrito, apense ao seu requerimento, também, as Notas Taquigráficas, e depois eu vou fazer...

(Manifestações no plenário.)



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pode ser, vereador? Depois eu vou fazer a avaliação de ambos os requerimentos. Em sendo deferidos, assim eu passarei o tempo para cada um dos vereadores. Ver. Giovani Culau.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, eu quero agradecer a sensibilidade do Ver. Jessé. Não sei cadê o Ver. Jessé, onde ele se encontra? Gostaria de agradecer a sensibilidade dele. E estou entendendo que há um pedido do líder do governo para que nós votemos o DMAE. Perfeito, o Refis do DMAE, sabemos do que estamos tratando. Sim. Veja bem, há um outro debate que é de esse projeto ser votado como o segundo item da segunda-feira, isso seria um outro requerimento. Se esse requerimento for, de fato...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ele só está organizando.

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB): Perfeito. Eu só estou aqui, mais uma vez, buscando colaborar. Se esse, de fato, for o objetivo do vereador, esse requerimento precisa ser votado, e se ele for votado, o meu pedido é que ele seja nominal. Por isso que a minha sugestão é que nós, imediatamente, façamos a votação do Refis e, depois, nós votemos o requerimento do Ver. Jessé Sangalli, que, se for feito, eu solicito que seja nominal.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, Ver. Giovani Culau e Coletivo. Nós vamos votar o requerimento, porque ele já foi encaminhado e depois nós faremos o requerimento do Ver. Idenir Cecchim.

Vereador Alexandre Bobadra (PL): Presidente, como eu fui citado aqui pelo Ver. Jonas Reis, eu só quero esclarecer que não se trata da verdade real ou não, mas, sim, eu estou ingressando agora na Comissão de Ética, e já está disponibilizado para os colegas vereadores o bloco de assinatura pela conduta escandalosa do Ver. Jonas Reis, que ele impediu um parlamentar, no exercício



do mandato, no púlpito, que é sagrado, ele interrompeu um parlamentar. Então, já são reiteradas vezes. Nesse sentido, por conduta escandalosa, estou pedindo a cassação do mandato do Ver. Jonas Reis.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Ver. Tiago.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Só uma questão de ordem aqui, peço atenção até do colega José Freitas, que discursou ali sobre a questão da inconstitucionalidade. Ver. José Freitas, V. Exa. protocolou um projeto na CCJ, que institui a obrigatoriedade de gravação, por vídeo, das áreas externas e internas das creches públicas no município de Porto Alegre, e das outras providências. § 2º, do art. 1º – o monitoramento eletrônico será realizado nos espaços comuns, como salas de aula, biblioteca, parques e demais áreas de uso coletivo. O senhor acabou de dizer que o inconstitucional está no Estatuto da Criança e do Adolescente. O senhor protocolou um que é igual. Então, eu não entendi.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Ah, então está bom. Só para saber, ele foi recém-protocolado, porque eu acabei não entendendo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Então, vamos colocar em votação, abertura do painel...

Ver.^a Natasha, questão de ordem.

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem, Presidente Nádia. Também solicito, como direito de resposta, com base no art. 94, endereçado ao Ver. Tiago Albrecht, que me disse antes aqui, que eu estava defendendo o estado fascista. Ou seja, ele me chamou de fascista, e eu quero direito de resposta, porque ele ofendeu a minha honra.



PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Da mesma forma, vereadora, solicito que a senhora anexe às Notas Taquigráficas.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Para ajudar, Presidente, no pedido da vereadora líder do PT, eu não falei que ela defende o estado fascista. Eu falei que as ideias de Estado grande são as ideias de Benito Mussolini – pelo Estado, para o Estado, com o Estado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. As Notas Taquigráficas são sempre importantes nesses requerimentos.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Giovani Culau, o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli, solicitando inclusão do PLL nº 671/23 na priorização de votação de segunda-feira, sendo o segundo da lista. Por gentileza, abertura do painel. (Pausa.)

Em seguida, nós votaremos o requerimento do Ver. Cecchim, que solicita que o Refis, do DMAE, entre para a votação imediatamente. Ok, senhores? (Pausa.) Ver. Moisés vota “sim” no requerimento. (Pausa.) Estamos votando o requerimento do Ver. Jessé para que esse projeto, que será analisado ainda se há ou não prejudicialidade, possa ser votado na segunda, sendo o segundo da folha de rosto da Ordem do Dia; em seguida, votaremos o requerimento de ingresso imediato do Refis. (Pausa.)

Pergunto se algum vereador não conseguiu votar ou deseja trocar o seu voto. Algum vereador? Ver. Jonas vota “não”. Ver.^a Juliana vota “não”. Ver.^a Natasha vota “não”. Ver.^a Grazi vota “não”. Ver.^a Karen Santos vota “não”. Ver. Pedro Ruas vota “não”. Ver. Aldacir Oliboni vota “não”. Ver. Erick vota “não”. Mais algum vereador não votou ou deseja trocar seu voto? Ver. Robaina vota? “Não”. Ver. Marcelo vota “sim”. Mais algum vereador? Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**, 10 votos **NÃO**.



Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, para votar imediatamente o projeto do Refis do DMAE. (Pausa.) Vereadores que concordam...Solicita nominal o Ver. Jonas. Abertura do painel.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu ia propor para que se votasse por aclamação.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu fiz por aclamação, Ver. Idenir Cecchim, mas não quis o Ver. Jonas Reis, provavelmente vai votar “não” neste requerimento. Está aberto o painel para o requerimento do Refis DMAE, por gentileza.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente, gostaria de fazer uma solicitação. Tem um perfil chamado Bolsonaro, no Youtube da Câmara, que está ofendendo vereadores. Peço que a diretoria se atente: “Bobadra era para estar preso. Esse vereador cassado. Vocabulário ridículo desse vereador, personagem Tiago”. Então, não é a primeira vez esse perfil aqui, que a gente sabe que é de esquerda, porque elogia os vereadores de lá e xinga os de cá, mas eu gostaria...

(Aparte antirregimental.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Não, não é censura, é xingamento. Não, xingamento é crime. Eu sei que no comunismo não existe lei, mas na democracia existe. Eu gostaria que houvesse um olhar atento a isso aí. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Estamos votando o requerimento do Refis DMAE. Solicito que os vereadores do PT, PSOL e PCdoB, se quiserem votar “não”, já o façam pelo painel. Já deu quórum. (Pausa.) Pergunto se algum vereador não conseguiu votar ou deseja



trocar o seu voto? Ver. Erick vota “sim”, Ver.^a Natasha vota “sim”, Ver.^a Juliana vota “sim”. Está encerrada a votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Passamos ao projeto do Refis DMAE.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura da ementa do PLCE nº 017/25.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Temos pregão da Emenda nº 02, por gentileza, Diretor Legislativo fazer a leitura. Vereador Jonas, podemos encaminhar?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Emenda nº 02, ao PLCE nº 017/25, de autoria do Ver. Idenir Cecchim e do Ver. Rafael Fleck. Solicito, Sra. Presidente, que coloque em votação o requerimento pedido à dispensa do envio às comissões.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 017/25 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLCE nº 017/25. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só o que o governo submete a cidade. Só podia ser a turma do Melo, a turma do Tião. Privatizaram tudo o que puderam, terceirizaram tudo o que puderam. Terceirizaram a leitura no DMAE. Terceirizaram a leitura no DMAE, deu o quê? Muitas erradas, multas, juros e agora o governo vem aqui se ajoelhar frente ao Parlamento para pedir para a gente limpar a sujeira que fizeram dentro do DMAE. O diretor do DMAE Sr. Vicente Perrone, me



surpreende a presença de V. Exa. aqui e me surpreende a ausência de V. Exa. nos bairros populares que não estão tendo serviço prestado, porque tem 2.500 cargos vagos dentro do DMAE, Sr. Vicente Perrone, que recém assumiu, mas era adjunto. Portanto, tem também uma parcela de responsabilidade nos contratos que o DMAE tem. Vossa Excelência vem aqui pedir o voto do Parlamento para ajudar no Refis. É claro que ajudar as pessoas que não são responsáveis, o Parlamento ajudará, mas o Parlamento não pode compactuar com a incompetência neoliberal, a gestão inconsequente do Sr. Bruno, que foi embora. Ele não está aqui, entregou o chapéu e se foi. Como diz o linguajar popular: partiu para uma melhor. Foi curtir noutra secretaria. Destruiu o que pôde no DMAE, manteve os cargos vagos, manteve a leitura terceirizada e as contas erradas chegando para a população. Eu pergunto a vocês: como você se sente sendo uma dona de casa que a vida inteira pagava R\$ 120,00, R\$ 150,00 de conta de água e chegou a R\$ 3 mil, chegou a R\$ 5 mil? Uma pessoa que ganha um salário mínimo, ela pode até infartar, porque ela não sabe de onde vai tirar o dinheiro, e aí começa a pensar se gastou de verdade mesmo isso. E o fato é a incompetência, porque deixaram todos os cargos vagos. É claro que vai dar errado. Dois mil e quinhentos cargos vagos porque querem privatizar, querem vender, e aí a população sofre. E aí vem agora pedir aqui: Câmara de Vereadores... Pega a vassourinha de vocês para limpar a sujeira, o paninho de vocês, o balde de água, porque os neoliberais esculhambaram dentro do DMAE. Essa gestão não se faz, gente. Isso não se faz. Isso é um desrespeito com a cidade. Imagina se agora, em todas as pastas da cidade, nós vamos ter que fazer o Refis, porque os secretários, os diretores se dão ao luxo de não nomear servidores, não ter pessoal em número suficiente. Isso é indecente. Isso não é gestão pública. Isso não é ser político. Eu duvido, eu duvido, que aqueles que foram vereadores antes de nós aqui, fossem botar o voto a favor dessa vergonha de gestão. Vergonha, porque isso não condiz com as redes sociais do prefeito Melo. Lá o prefeito diz que faz gestão, que trabalha, que nomeou secretários, mas o fato é que nós estamos aqui, quase 5 horas da tarde, reunidos para quê? Consertar os erros das escolhas neoliberais



do governo Melo. Falem isso, por que que tem o Refis? Aí vão vender o Refis como uma coisa boa à população? Esse Refis só acontece pela incompetência dos que estão administrando o DMAE, dos políticos incapazes de saber como fazer gestão pública. Isso é triste, é muito triste! Eu fico literalmente constrangido, constrangido porque eu sou cidadão. A eleição passou. O prefeito foi eleito, está aí, está governando, mas ele está lavando as mãos à população. Isso não pode acontecer, é muito triste, muito triste. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Jonas.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25. Senhoras e senhores, alguém que usou a tribuna deixou uma caixinha de óculos ali. Está aqui comigo!

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Obrigado, Presidente. Eu gostaria, na verdade, de aproveitar esse momento de discussão para interrogar o Executivo, a partir da sua base aliada e das suas representações, o Ver. Idenir Cecchim, a Ver.^a Cláudia Araújo e o Ver. Marcos Felipi, porque a nossa bancada tem uma inclinação de voto favorável ao Refis, mas me preocupa muito os índices de desperdício de água na nossa cidade, seja aquilo que nós desperdiçamos por problemas na nossa rede, mas também é parte do cálculo da taxa de desperdício da água, a inadimplência. E por que eu trago esse tema aqui? Porque eu gostaria de compreender, dos beneficiários do Refis, a parcela daqueles que são grandes consumidores, porque uma coisa é a unidade residencial, é o pequeno comércio. Então, eu quero compreender, desse universo que vocês projetam de R\$ 40 milhões de arrecadação, dentre esse valor, o que se refere às grandes unidades consumidoras. Isso pode modificar a votação da bancada do PCdoB. Então, digo a todos os meus colegas, a nossa posição é de uma inclinação favorável, mas eu gostaria de compreender esse tema, se os vereadores e vereadoras da base puderem compartilhar informações mais precisas, isso é definidor da posição da



bancada do Partido Comunista do Brasil. Muito obrigado, e deixo aqui a minha solidariedade aos vereadores que têm sido atacados.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Giovani Culau. Só informar para os senhores que isto aqui (Mostra objeto.) não é uma caixinha de óculos, isto aqui são os nossos passadores de vídeos, de imagens, que cada vereador, quando quiser usar, não vai precisar falar “passa lá”, “passa lá”, nós vamos ter os passadores. É um por sala. Provavelmente, o pessoal que veio treinar ontem, veio testar, deixou ali. Obrigada a quem achou.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras, Presidente da Câmara, Ver.^a Comandante Nádia, bem, nós, do PSOL, vamos votar a favor dessa proposta do Refis. Até já comentando com o vereador do PCdoB, o que nós sabemos, pela proposta do governo, é que o Refis atinge, em geral, os ramais da tarifa social. Então, quanto a essa dúvida que o Giovani Culau tem – viu, Ver. Culau? –, a maior parte dos imóveis atingidos pela proposta do Refis é da tarifa social, por isso que nós vamos votar a favor, é muito importante ter isso em conta. Além do mais, existe a necessidade de o DMAE ter financiamento. Todos sabem que eu sou muito crítico da administração do DMAE; ao longo da gestão do prefeito Melo, apresentei a denúncia de corrupção envolvendo o diretor-geral da autarquia, Alexandre Garcia, que recebeu cerca de R\$ 500 mil em propina, durante a sua gestão – foram quase dois anos de gestão à frente da autarquia. Evidentemente, uma autarquia tão mal administrada tem que ter muitos problemas. O Ver. Jonas já se referiu à quantidade enorme de cargos que deveriam ser preenchidos, concursos em que as pessoas deveriam ser chamadas. Existe uma enorme defasagem de pessoal no DMAE; por isso que eu acho que o DMAE está sendo desmontado, infelizmente, o DMAE está sendo desmontado. Falta contratação de pessoal, faltam recursos, o DMAE está sem recursos para nada, uma autarquia que era rica está sem recursos para nada; evidentemente



que o único sentido disso só pode ser a tentativa do governo de privatizar. Mas eu queria chamar a atenção também dos vereadores do PT, porque eu acho que o BNDES tem nas suas mãos o estudo sobre a modelagem do processo de parcerização do DMAE. Então eu acho que se o BNDES é um banco estatal administrado por um líder histórico do PT, o Aloysio Mercadante, e até agora, pelo que eu sei... O que não quer dizer que necessariamente o governo municipal iria acatar o posicionamento do BNDES, mas eu acho muito importante que o BNDES tenha um posicionamento. O BNDES é um banco que trata justamente de grandes investimentos. Então não adianta simplesmente fazer um discurso contrário à privatização e ter no BNDES, num banco público estatal gerenciado pelo governo federal, uma situação de omissão. O BNDES tem que dar uma opinião, que é uma opinião técnica, evidentemente. Qual é a opinião técnica que o BNDES tem que dar? Qual é a vantagem, porque existem muitas comunidades em Porto Alegre ainda sem água. Eu mesmo hoje tive uma reunião muito boa com os técnicos do DMAE, hoje pela manhã, tratando de comunidades na Restinga, que nós estamos discutindo para que sejam atendidas por carro-pipa, porque não chegou a água, ou seja, não tem abastecimento. Então tem todo um debate que envolve. É necessário parceria no abastecimento de água? Eu penso que não. Tem um debate que diferencia, inclusive, a parcerização no que diz respeito ao abastecimento de água e a parcerização em relação ao cloacal. Existe um debate que é técnico esse debate também. Porque quando nós estamos falando do tratamento do cloacal, bem, é óbvio que se tiver expansão do investimento, é uma coisa. Agora, se simplesmente tiver apropriação privada do que já teve de investimento público, como é que vai ficar? Como é que vai ser a tarifa social? Como é que vão ser as comunidades que não têm abastecimento de água? Então, eu acho que a cidade, e com isso concluo, precisa debater seriamente o DMAE. Eu fiz as denúncias em relação à corrupção, mas combater a corrupção não é suficiente, é preciso ter planejamento, e para ter planejamento é preciso ter um debate público sério. E eu cobro que o BNDES apresente o estudo, porque o BNDES tem competência



técnica, tem experiência. O BNDES não nega a parcerização, não nega em tese, e eu acho que a cidade tem que debater a partir de estudos técnicos. Eu sou contrário à privatização, sou contrário à parcerização, mas acho que a sociedade precisa debater e precisa escolher. Então eu quero chamar a atenção da necessidade de um debate qualificado sobre o DMAE, sob pena desta Câmara Municipal não estar fazendo a sua obrigação básica, que é clarificar a população acerca dos caminhos de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Roberto Robaina. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. e Srs. Vereadores, nós estamos próximos de votar um projeto importante, o Refis dos devedores do DMAE. O Ver. Giovani Culau fez alguns questionamentos muito pertinentes de quanto representavam os grandes devedores. Representam menos que 7%. A tarifa social tem quatro vezes mais, e os devedores normais são praticamente 300 milhões, 250, 300 milhões. Nós temos que olhar, e eu agradeço a alguns vereadores da oposição que fizeram questionamentos, mas que se colocaram para votar a favor do projeto. Eu acho que isso é importantíssimo. Quando o projeto é importante, vamos unir forças, vamos unir forças. E eu quero agradecer ao Ver. Jessé também que concordou em retirar a votação do seu projeto para que a gente avançasse nisso, que é importante, é importante para o DMAE, é importante para Porto Alegre, mas é muito mais importante para os consumidores do DMAE, principalmente àqueles que menos têm. Os grandes devedores já estão judicializados, e com esse Refis eles não deixarão de ter a sua garantia preservada. Então foi um projeto muito bem elaborado, diretor-geral do DMAE, Dr. Perrone. Foi um projeto muito bem elaborado, enxergando aqueles que precisam fazer a renegociação para ficarem em dia com o seu fornecimento de água. Nós temos esta obrigação com aqueles que perderam, que ficaram na mancha da enchente, com pessoas



que se atrapalharam e que agora terão a oportunidade de, em muitas vezes, fazer o parcelamento e fazer a quitação da dívida com o DMAE.

Eu ouvi a reclamação do Ver. Jonas, de que está faltando gente. Eu conclamo ao Ver. Jonas e a todos os vereadores para que, em seguida deste projeto do Refis, a gente vote pela contratação dos temporários, mais de 300 funcionários temporários, para que o DMAE continue prestando os serviços que sempre prestou, importantes serviços. Até que se discuta, Ver. Robaina, com o BNDES, o senhor tocou num ponto importante, tecnicamente precisa ser esclarecido, até que se faça isso, o DMAE não pode parar. A população precisa da água de cada dia, precisa que se cuide do esgoto, precisa que se cuide do pluvial.

Então, nós temos um caminho longo e não podemos deixar o DMAE com muito menos funcionários que são necessários neste momento e sempre que for possível. Vamos fazer isso, vamos votar neste projeto do Refis e vamos, em seguida, ajudar o DMAE a prestar melhores serviços ainda.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Cecchim.

O Ver. Rafael Fleck está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; colegas vereadores, colegas vereadoras; bem rápido, pelo adiantado da hora, é a intenção de a gente aprovar o Refis, mas nós protocolamos, em conjunto com a liderança do MDB e com a anuência do meu líder, uma emenda que nós inserimos o § 3º, que vai contemplar as entidades carnavalescas, vai contemplar as entidades de educação infantil, as entidades de educação, as entidades de assistência social e as entidades de cultura beneficentes que atuam aqui no município de Porto Alegre. E nós, então, discutimos com o DMAE, e estendemos o parcelamento para essas entidades conseguirem ter as suas certidões negativas e poderem participar dos seus editais e continuarem atendendo a nossa população. Então, peço atenção especial dos



colegas e aprovação dessa emenda que insere o § 3º, que vai contemplar todas as entidades da nossa capital. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Rafael Fleck. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver.^a Comandante Nádia, Presidente desta Casa, gostaria de pedir a atenção do Ver. Jonas Reis, não sei se ele ainda está no plenário. Ver. Jonas, eu não gosto de falar quando o vereador não está. Ver. Jonas, por favor, Ver. Jonas Reis. Eu vim aqui, Vereadora-Presidente, me inscrevi para falar, porque eu estava escutando o Ver. Jonas Reis do PT falar anteriormente, só não falei posterior a ele, porque estava tendo a inscrição, os senhores que me acompanham na TVCâmara. O Ver. Jonas veio aqui atacar o secretário Bruno, falou da honra do secretário Bruno, depois atacou o secretário Perrone, falou que... O senhor atacou o secretário Darcy anteriormente, atacou o DMAE inteiro, os servidores, secretários, falou... Nem vou falar o que ele falou, porque as pessoas escutaram, mas atacou a honra de todos eles. Depois, logo ali embaixo, estava ali dizendo para a Ver.^a Comandante Nádia, Presidente, que queria uma fala, porque atacaram a honra dele. O PT é assim, Ver. Tiago, ataca todo mundo, bate em todo mundo, depois, quando recebe alguma fala contrária deles: "eu quero discutir a honra". Atacou a honra dos secretários que nem estão aqui para se defender, que não têm o direito de subir aqui. E tudo isso me deixou até confuso, porque eu estava estudando aqui o projeto que eu vou votar. Eu gosto de ler e estudar o projeto que eu vou votar, e o projeto que nós estamos votando, que eu estava estudando, que era o próximo, é que autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgotos, DMAE, a conceder aos consumidores redução no valor da multa e dos juros de mora aos pagamentos. Parcelamento ou reparcelamento dos créditos decorrentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e remoção de esgoto de serviços complementares, de multas por infrações, por meio de programa de recuperação fiscal. Esse é o projeto que nós estamos



votando. E quando o Ver. Jones começou a falar do DMAE e que roubaram, e que o secretário é isso, o secretário fugiu, o secretário... Mas esse projeto do secretário eu não estou achando, acho que eu estou no projeto errado.” O vereador discutiu tudo, menos o projeto que vai favorecer as pessoas, como disse o Ver. Giovani Culau, vai favorecer quem menos tem posses, pessoas que não têm condições de pagar. Então o projeto é excelente, e o vereador do PT veio aqui e falou de tudo, menos do projeto que vai favorecer a comunidade, as pessoas que não têm dinheiro para pagar, que estão devendo, que vão poder refinanciar, que não vão pagar multa, não vão pagar juros. Então Ver. Jonas, vamos discutir o que interessa para a população ao invés de ficar aqui destilando veneno, destilando veneno em cima dos secretários, que infelizmente não têm nem a tribuna para se defender, o secretário Bruno, que faz um excelente trabalho, vai fazer, está trabalhando na concessão, o secretário Perrone que assumiu e faz um belo trabalho na frente do DMAE foram atacados aqui na honra, e ninguém veio aqui dizer: “queremos direito para defender a honra dos secretários”. Agora o Ver. Jonas, que atacou todo mundo, foi ali pedir que quer se defender, porque atacaram a honra dele. Primeiro o senhor respeite os secretários e o senhor será respeitado, Ver. Jonas, e o projeto nós estamos votando, não era o que o senhor estava discutindo, o projeto que nós estamos discutindo é para melhorar as condições de vida da população, daqueles que mais precisam de desconto dos juros, que já não conseguiram pagar por falta de dinheiro, e tenho certeza que é para melhorar a qualidade de vida dos porto-alegrenses. (Mostra documento.) Portanto, a nossa bancada do Partido Progressista vai votar favorável. Espero até que o senhor reveja e vote favorável, porque o senhor estará ajudando a população. Nós não estamos pedindo nada para o secretário, nem para o prefeito, nem para os vereadores, e sim para a população de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Mauro. Quero solicitar que o vice-presidente Moisés Barboza possa assumir aqui o



cargo na presidência. Quero também informar aos senhores vereadores que acabei de encaminhar para o grupo da legislatura o convite para sexta-feira, às 13h30min, no piquete da Câmara de Vereadores, aqui no Parque Harmonia, teremos uma solenidade em homenagem aos protagonistas dos festejos Farroupilha. Serão dez personalidades e entidades homenageadas, e todos os vereadores estão convidados para que nós possamos fazer essa integração.

(O Ver. Moisés Barboza assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Moisés, cumprimentando V. Ex.^a, cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TV Câmara, diretor Perrone, saudação. Eu quero dizer que venho a esta tribuna para discutir a matéria que versa sobre o Refis do DMAE. Refis, Recuperação Fiscal, na realidade o Refis do DMAE já está, digamos assim, nas rodas das entidades, dos bairros. Muitas pessoas têm procurado os nossos mandatos, diretor, por causa da enchente. Muitas pessoas que foram atingidas não conseguiram pagar as suas contas, também não conseguiram pagar a conta de água. Então, fora isso, algumas entidades também já nos procuraram. Eu quero cumprimentar o Ver. Rafael Fleck, pela iniciativa da emenda. Eu acho que nós precisamos ter, Ver. Padeiro, uma diferenciação para os clubes de mães, para as associações carnavalescas, para as associações de moradores. Eu acho que está bem razoável ali o prazo, acho que são 120 vezes, se não me engano. Estava dando uma olhada na emenda, parabéns, Ver. Fleck. Hoje a gente ter esse gesto e esse entendimento do DMAE em prestar esse socorro para a população num momento difícil de reconstrução. Ainda estamos reconstruindo a cidade, ainda encontramos alguns bairros entristecidos, pessoas que não conseguiram dinheiro para arrumar a sua porta que está lá inchada, comprar o armário que



perdeu, o elétrico doméstico que está faltando. Hoje mesmo recebi a presidente da Associação da Asa Branca aqui, ainda está só com o colchão em casa, veio aqui batalhar para tentar ali regularizar questões que dizem respeito à documentação da associação. Então, assim, a cidade vive um momento de reconstrução, precisou-se investir muito recurso, do próprio DMAE, a gente sabe. E ainda estamos remodelando a cidade para enfrentar, Ver. Cecchim, uma situação de extrema, digamos assim, dificuldade que foi a questão da enchente e que ainda assombra algumas regiões. Nós temos aí o Compra Assistida, que está tentando retirar em definitivo algumas pessoas de determinadas localidades, removendo essas pessoas das áreas alagadiças e das áreas de risco para que elas, então, migrem em definitivo para regiões mais altas da cidade, onde não vai alagar ou não alaga, ou não alagou. Então eu quero me manifestar favorável ao Refis, sim, reforçar aqui o meu compromisso em aprovar a emenda que possa contemplar entidades carnavalescas, clubes de mães, associações, outras entidades beneficentes, culturais, recreativas, sem fins lucrativos, que possam também, digamos assim, diluir as suas dívidas com o DMAE e permanecerem com as suas certidões negativas, permanecer com o fornecimento de água em dia, e que a gente possa, que o Legislativo possa, então, evoluir nesse sentido e que hoje nós possamos estar fazendo esse gesto para a cidade. Porque está todo mundo esperando o Refis do DMAE, só se fala no Refis do DMAE na cidade. O telefone não para de tocar e as pessoas querendo saber: “Ó, não aguento mais, eu estou devendo, eu quero regularizar a minha situação, eu preciso de um pedalado, eu preciso fazer em algumas vezes, eu estou enforcado, eu estou apertado, é o cartão de crédito estourado, é a conta de luz que estourou...” E o pessoal está correndo atrás da máquina, é o superendividamento dos servidores públicos, é a enchente, é o Covid, foi um monte de coisas, uma coisa em cima da outra e nós precisamos dar a nossa contribuição. Então, que bom que o nosso diretor do DMAE está aí, tenho certeza que vamos votar por unanimidade, Presidente Moisés, esta matéria, porque urge, água é vida, nós precisamos e as pessoas querem estar em dia



com a questão do DMAE, que elas querem poder fazer, mesmo que seja uma positiva com efeito negativa, elas querem ir pagando ali a parcela uma depois da outra e não ficarem devendo e não ficarem endividadas, querem estar quites com essa questão do fornecimento de água em Porto Alegre. Então ficam as nossas considerações favoráveis ao Refis do DMAE, e que possamos aprovar para o bem da cidade e para o bem das pessoas essa legislação na data de hoje e “sim” à Emenda nº 02, emenda do Ver. Rafael Fleck. Pela atenção, muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Marcelo Bernardi está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR MARCELO BERNARDI (PSDB): Sr. Presidente, Ver. Moisés Barboza, já quero ir me acostumando porque no ano que vem, com certeza, o PSDB estará representando esta Casa, bem representado. Falo aqui em nome da bancada do PSDB, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Moisés Barboza e em meu nome, para dizer da importância deste projeto. Até na presença aqui do engenheiro diretor Vicente Perrone, porque as pessoas precisam saber que o senhor é engenheiro, que não é uma pessoa que caiu de paraquedas lá onde está hoje. Então é importante as pessoas saberem que é uma pessoa capacitada e que entende do tema. E dizer que a bancada do PSDB, principalmente para nós, vereadores de zeladoria... Porque no nosso gabinete, nas nossas redes, nós recebemos todos os dias, Ver. Giovane Byl, diversas situações de pessoas honestas, pessoas que trabalham honestamente para poder pagar suas contas do DMAE, pessoas que ficaram muitas noites sem dormir, em razão, infelizmente, daqueles erros absurdos de contas que vieram de R\$ 4 mil, R\$ 50 mil, R\$ 80 mil. Tinha pessoas que nem dormiam à noite. Mas a gente levava cada caso, o Vicente Perrone sempre nos recebendo, sempre passando a sua equipe, para que, em todas essas demandas que chegavam, a gente conseguisse, sim, dar um rumo necessário para que essas



peessoas pudessem continuar com as suas contas em dia e, principalmente, regularizar essa situação, que, muitas vezes, era um erro de medição. Então, Ver.^a Grazi, para nós que atendemos essas demandas diariamente, com certeza, é uma notícia muito boa que vai chegar dentro das comunidades, dentro das famílias, para que a gente possa, a partir de agora, fazer com que essas famílias consigam se organizar melhor e consigam dormir melhor. Porque muitas pessoas não dormem, muitas vezes, preocupadas, por não saberem se irão pagar suas contas no final do mês, muitas pessoas que estão lá na vila, nesse momento, elas não querem saber do partido do Marcelo, do partido do fulano, do partido do sicrano, da posição política, Ver. Hamilton Sossmeier, do que está acontecendo em Brasília - muitas vezes se discute muito Brasília aqui, e não os problemas na cidade de Porto Alegre -, as pessoas querem saber se realmente elas vão ter o que botar na mesa para comer, se elas vão conseguir pagar os vencimentos da água, da luz, da internet - porque as pessoas têm internet nas suas casas, principalmente as comunidades. E falo aqui porque tenho total prioridade, já que fui praticamente eleito, mais de 90%, com votos de dentro de comunidades carentes, Ver. Moisés Barboza. Então, a gente tem propriedade, sabe muito bem do que a gente está falando e o quanto é importante a nossa representação. Cada um dos vereadores, dos 35 vereadores aqui, tem o seu segmento, tem a sua forma de trabalhar e, volto a dizer, nós podemos, muitas vezes, discordar de muitas posições de colegas, de muitas formas que alguns colegas trabalham, mas nós temos que respeitar. E é dessa forma que eu tenho dialogado tanto com a parte da oposição quanto com a parte da extrema, enfim, os extremos. E que a gente consegue, sim, fazer o que é melhor para aquela pessoa que está lá dentro da comunidade, não querendo saber dos nossos problemas, mas querendo saber dos problemas reais que enfrenta todos os dias. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Marcelo.



A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Ainda bem que esse projeto chegou à Casa. Nós estamos há meses debatendo com as nossas comunidades, ouvindo as comunidades, as comunidades nos trazendo contas da sua água absurdas, principalmente no período que vivemos de enchente. Então, ao longo desses meses, nós fomos construindo, junto com a administração pública, alternativas para solucionar o problema das cobranças absurdas que muitas famílias acabaram recebendo durante esse período.

Então, para nós, é bastante importante que esse projeto possa chegar lá na ponta, que possa chegar para as famílias e as comunidades que hoje não conseguem minimamente descansar a cabeça no travesseiro, porque as contas de suas águas estão em torno de R\$ 40 mil, R\$ 50 mil e R\$ 60 mil reais. Quero aqui fazer um registro importante para as entidades sem fins lucrativos, em que o Ver. Rafael Fleck, juntamente com os nossos pedidos, e eu cheguei a procurar a Ver.^a Cláudia Araújo para dizer da importância que era nós olharmos para as entidades carnavalescas. Então, entidades carnavalescas que fazem parte das entidades sem fins lucrativos estão sendo incluídas através da Emenda nº 02, assim como educação, saúde e assistência, que dão base no atendimento do nosso Município. São esses serviços que garantem que se tenha continuidade das políticas públicas do nosso Município. Então é nada mais justo que eles estejam inseridos nesta emenda, tendo a possibilidade de renegociar, tendo a possibilidade de quitar suas dívidas, tendo a possibilidade de fazer em inúmeras vezes para que não sobrecarregue. Nós precisamos de fato hoje, ao aprovar esse projeto, também aprovar a Emenda nº 02. As entidades agradecem esse olhar da Câmara de Vereadores e com certeza nós – eu que faço parte de muitas entidades sem fins lucrativos como o Carnaval – agradecemos essa iniciativa e vamos votar “sim” para a Emenda nº 02 e “sim” para o projeto. Obrigada.



PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Grazi Oliveira. O Ver. Giovane Byl está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Boa tarde, Presidente Moisés, que conduz os trabalhos aqui nesta tarde. Quero saudar todos os colegas vereadores e colegas vereadoras. Subo na tribuna aqui neste momento... Obrigado, Presidente Mauro. Questão de etiqueta aqui, de ética, vou estar tirando o chapéu. Mas, o Ver. Jonas Reis me ajudou a dar o nó aqui no lenço. O Jonas que fez esse nó aqui. Povo de Porto Alegre, ele conhece as tradições. Ele conhece.

(Manifestações no plenário.)

VEREADOR GIOVANE BYL (PODE): Só gravata? Que barbaridade. Este nó aqui não está, Jonas, esse nó não é nó *gourmet*. Isso aqui é o nó de quatro cantos. Mas, Presidente, primeiro para mim é motivo de muito orgulho estar subindo aqui nesta tribuna com a indumentária gaúcha. A gente está vivendo este momento tão importante para o Rio Grande do Sul, que é a Semana do Acampamento Farroupilha. São 235 piqueteiros que estão ali com as mãos calejadas em mais um ano de festividades. Nós temos a nossa cultura, a nossa tradição e a gastronomia, eventos. Mais de dez mil crianças de entidades e projetos sociais já passaram por ali. Cento e dez atrações culturais fomentando a cultura gaúcha aqui de Porto Alegre e da região metropolitana. Então, quero parabenizar a nossa secretária de cultura, Liliana; nossa secretária de desenvolvimento econômico, que é colega da Casa, Fernanda Barth; e todo mundo do governo aí, prefeito Sebastião Melo, vice-prefeita Betina, que estão entregando para a cidade um grande evento. Mas o que eu quero falar aqui, Presidente, e me direciono ao diretor Vicente Perrone, e quero parabenizar aqui o Perrone, não sei se está presente aqui na Casa, hoje de manhã, nós tivemos a oportunidade de saudá-lo, mas quero cumprimentá-lo mais uma vez por estar assumindo a direção-geral do DMAE. Eu, como parlamentar, e como



representante e líder da bancada do Podemos, nos sentimos muito representados por ti, pela tua pessoa, pela tua história, pela tua trajetória, como gestor nesta cidade, e a gente tem certeza que o DMAE está em boas mãos. Quero dizer que a população de Porto Alegre aguarda esse Refis, a população espera por esse Refis, portanto a bancada do Podemos vai estar votando favorável, porque o cidadão, e aqui o cidadão de comunidade, ele quer estar em dia, ele quer ter as suas contas em dia, ele quer estar em dia com o DMAE. Mas a questão da pandemia, a questão da enchente, Ver. Marcelo e Ver. Gilson Padeiro, que também está à caráter aqui, juntamente com o Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Marcos Felipi. O Marcos Felipi eu não vi ainda à caráter ainda. Amanhã é o dia? Então quero ver. Mas o povo quer estar em dia, mas a pandemia, a enchente e a situação econômica do nosso País fez com que muito trabalhador, muito pai de família, mãe de família não conseguisse arcar com as contas do DMAE, mas ele quer estar regularizado. Portanto, esse projeto vem em uma boa hora, e faço aqui um encaminhamento de voto, que o Podemos vota "sim" a esse projeto e ao Refis do DMAE. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos.

O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra para discutir o PLCE nº 017/25.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Presidente Moisés, boa tarde. Boa tarde, colegas. Quando a gente chega em efetividade e com união, eu digo que a gente tem que dar os parabéns aí aos colegas vereadores, a essa marca que vem lá das enchentes, uma carga a mais aí, essa conta d'água. Falo de tantos problemas que a sociedade vem enfrentando na questão econômica, que eu digo, em geral, que envolve suas vidas, a importância que traz esse parcelamento, eu digo, esse Refis, o desconto, aí vai de acordo com cada usuário desse serviço. Eu falo, assim, que vai trazer mais força para o DMAE hoje, que está precisando de recursos, para a questão de melhorar a entrega da água, a questão de proteção contra a cheia. E foi lá, no



final do ano passado, já estava eleito, e vim fazendo muita cobrança referente a essa questão, e hoje a gente chega aqui com esse projeto em votação. Aí você sai daqui feliz hoje, deste Parlamento, em poder ter votado, em votar nesse projeto aqui de extrema importância para a população de Porto Alegre, principalmente para quem foi atingido pela cheia, que está tirando sono essa questão que envolve custo com água relacionado ao DMAE. Muito obrigado, colega, estamos juntos, sou a favor, uma vitória hoje aqui.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado Ver. Gilvani. Não temos mais inscritos para discussão.

Em votação o PLCE nº 017/25. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, povo de Porto Alegre!

VEREADOR JONAS REIS (PT): O Presidente até aprendeu, não é, Presidente? Cinco anos ouvindo “povo de Porto Alegre!”

Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só do que é feito o governo Melo. Eu sou obrigado, estou aqui, a ouvir o Ver. Mauro Pinheiro vir aqui e falar nada com nada, literalmente. Mauro Pinheiro, Mauro Pinheiro, V. Exa. está meio perdido hoje, não sei o que aconteceu. Vou lhe pagar uma passagem do Tri para vir para a Câmara e ouvir o que eu falei na tribuna. Falei, da tribuna, dos problemas do governo – até agora eu nem sei porque V. Exa. ainda está defendendo esse governo. O Rubem Berta está abandonado, o Mário Quintana também, a Zona Norte não tem uma obra de duplicação, o Caminho do Meio, que nós temos lutado tanto, até agora a Prefeitura não fez a licitação para a duplicação do Caminho do Meio; Alvorada e Viamão – Alvorada e Viamão! – estão à frente na duplicação do Caminho do Meio. Alvorada é uma cidade jovem, tem 60 anos, os vereadores de Alvorada, o prefeito de Alvorada, o outro anterior... E V. Exa., então, nem tem argumentos aqui para defender o governo Melo, Ver. Mauro Pinheiro, o que é isso? Isso me deixa de cabelo em pé, porque as pessoas foram vilipendiadas pela negligência de uma empresa que não entregou a conta certa. A empresa levou, Ver. Mauro Pinheiro, o



dinheiro do contribuinte, o pagador da conta de água. E aí o que aconteceu com essa empresa? Nada, absolutamente nada. E nós vamos consertar o trabalho de uma empresa, é disso que se trata – é disso que se trata! E quem estava no DMAE? O Bruno Vanuzzi, oito meses, quase oito meses, bom, oito meses, e ele não sabia? Ele não foi capaz de chamar o dono da empresa aqui e dizer: “Esse contrato aqui não vai funcionar, não é assim!” Mas não, não fez, não colocou nas redes... aliás, nas redes dele, enquanto estava lá no DMAE, ele estava fazendo outras coisas que não era ajudar a botar água potável na torneira do povo e conta em dia. A conta não estava em dia, esse é o problema, esse é o “x” da questão! Fica a pergunta, a pergunta é, por que será que o Sr. Bruno Vanuzzi não autuou essa empresa que violentou o contribuinte? Porque eu acho uma violência, uma conta errada, tudo bem, duas, três, vá lá, dez, vinte, trinta contas, também não tem problema, umas cem contas erradas, tá bom, mas é muito mais do que isso, gente, então é um problema crônico! Eu estou cobrando aqui do governo, o governo precisa se responsabilizar, e não nós, vereadores. Eu espero, Ver. Gringo, eu vou votar favorável aqui ao Refis, vou votar favorável ao Refis do seu governo, mas eu quero que eles botem a foto nossa dos vereadores lá na Prefeitura, agradeçam aos vereadores que salvaram, salvaram da má gestão que estava no DMAE, que não cobrou a empresa, que não autuou o contrato. Tem que estar lá a nossa foto na Prefeitura e têm que estar na mesa do Melo todas as nossas fotos, os vereadores que salvam o governo Melo. E que dia que salvaram? Dia 17 de setembro, o dia que salvamos o governo Melo, limpamos a barra do governo Melo que estava suja com a população de Porto Alegre, com o contribuinte do DMAE. Sabe quem é o contribuinte do DMAE? É toda a população. Então vejam só que honra nós estamos tendo hoje, vereadoras e vereadores. Nós vamos votar pelo Refis, salvando o governo Melo, limpando a barra dele com toda a cidade o Refis no DMAE. Eu vou lá semana que vem ver se as nossas fotos vão estar lá, como vereadores que ajudam, ajudam a cidade e ajudam os neoliberais incompetentes que estão no DMAE. (Presidente



informa que resta um minuto do tempo regimental.) Para concluir, Presidente, era só isso.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Muito obrigado, Ver. Jonas Reis.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE 017/25.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Ver. Moisés, Presidente desta sessão, nem vou usar todo o meu tempo. Eu só faço um apelo ao Ver. Jonas Reis, que é um dos líderes aí do Partido Trabalhadores, do PT, que o seu partido e a oposição fiquem aqui para votar. Cumpram o expediente e votem esse projeto que é um projeto importante para a cidade. Não fica aqui passar a tarde inteira discutindo, discutindo, atacando todo mundo, protelando, para depois ir embora e não votar. Espero que o senhor fique aqui e o senhor e sua bancada para exercer a função de vereador e votar. Porque esse projeto é importante não para o prefeito Melo, não para o secretário Perrone, mas é importante para a cidade e para as pessoas que precisam do projeto.

Segundo lugar, quero dizer à V. Exa., Ver. Jonas Reis, do PT, que o senhor veio aqui para discutir, não o projeto, que o senhor usa o tempo para atacar o secretário Bruno, que é uma pessoa honrada, o secretário Perrone, para atacar o prefeito Melo, para atacar todo mundo. Como se o senhor, que é do Partido dos Trabalhadores, do partido do Lula, tivesse honra para falar em roubo. O senhor não tem moral para atacar ninguém, por que se tem um partido que foi nessa história – como o senhor gosta de falar – que roubou muito dinheiro público foi o Partido dos Trabalhadores. É o Mensalão, é o Petrolão e assim por diante. E eu não vou ficar debatendo isso, porque o projeto aqui hoje é do Refis, e foi isso que eu falei para a V. Exa. Nós temos que discutir a pauta, o projeto na pauta, e o senhor vem aqui e ataca as pessoas como se tivesse moral para isso. O senhor fica atacando todo mundo sem falar do projeto. O projeto aqui é Refis, é água, é água para o povo, para as pessoas que não tiveram condições de pagar a sua conta, por falta de trabalho, trabalho que foi



pela má administração do governo federal, que gasta mais do que arrecada e cria dificuldades para ter trabalho para as pessoas. O senhor é daquele partido que quer Bolsa Família, bolsa-gás, bolsa-não-sei-o-quê; que não quer que as pessoas trabalhem, que não quer que as pessoas estudem. E nós aqui estamos, sim, trabalhando pela população, pelo Refis, para aqueles que não tiveram condições de pagar, Ver. Jonas Reis, que vão ter agora um desconto nos juros, na multa, para botar em dia a sua água. É por isso que eu chamei sua atenção. Vamos discutir os projetos que estão na pauta e não ficar atacando pessoas honradas que, infelizmente, não têm nem o direito de se defender. Ataque-me, vereador, porque eu tenho direito de subir na tribuna depois de o senhor falar e lhe responder. Não ataque os secretários que não estão aqui, que não podem responder. Faça o debate sobre o DMAE, na CPI do DMAE. Não tem uma CPI? Lá é o lugar para decidir, para discutir, para falar dos problemas do DMAE. Não aqui, aqui nós estamos discutindo o Refis, que é importante para a cidade, e eu quero ver se a sua bancada vai estar aqui na hora de votar, para votar favorável a esse projeto, que não é importante para o prefeito, é importante para a cidade. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu que agradeço.

Vereador Jonas Reis (PT): Querido Presidente, só deixar aqui um abraço ao Ver. Mauro Pinheiro.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Questão de ordem para abraço, eu não tinha visto ainda. Não temos mais nenhum escrito para encaminhar, solicito a atenção dos vereadores.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE 017/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLCE 017/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**



Em votação o PLCE nº 017/25. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Muito bom, para que debater tanto, se todo mundo concorda? Para quê? Questão de ordem?

Vereadora Natasha Ferreira (PT): Questão de ordem, Presidente Moisés; Ver. Mauro Pinheiro, o Partido dos Trabalhadores ficou e é oposição, em respeito, na verdade, à base do governo, à discussão rica que foi feita aqui, não é mesmo, Ver. Ramiro Rosário? A questão de ordem é direcionada ao Presidente daí. Então, nós queremos só dizer aqui que a oposição e o PT, quando se comprometem a ficar, nós ficamos e votamos. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado a todos os funcionários da Casa que nos acompanharam, vereadoras, vereadores, até segunda-feira, aqui, neste plenário, às 14 horas para a primeira chamada. Obrigado a todos. Não tendo mais nada a tratar, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h50min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
